

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO MARANHÃO  
CENTRO DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIAS EXATAS E NATURAIS- CECEN  
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA E GEOGRAFIA  
GRADUAÇÃO DE LICENCIATURA EM HISTÓRIA

**VINÍCIUS ROBSON CASTRO DA SILVA**

**DISTINÇÃO SOCIAL E CIVILIDADE:** estudo sobre as elites do Maranhão a partir do  
*Publicador Maranhense São Luís* na segunda metade do século XIX

São Luís

2022

**VINÍCIUS ROBSON CASTRO DA SILVA**

**DISTINÇÃO SOCIAL E CIVILIDADE:** estudo sobre as elites do Maranhão a partir do  
*Publicador Maranhense São Luís* na segunda metade do século XIX

Monografia apresentada ao Curso de História da  
Universidade Estadual do Maranhão como parte dos  
requisitos para a obtenção do grau de Licenciatura Plena  
em História.

Orientador (a): Prof. Dr. Yuri Michael Pereira Costa.

São Luís

2022

Silva, Vinicius Robson Castro da.

Distinção social e civilidade: estudo sobre as elites do Maranhão a partir do Publicador Maranhense São Luís na segunda metade do século XIX/ Vinicius Robson Castro da Silva. – São Luís, 2021.

69.f

Monografia (Graduação) – Curso de História, Universidade Estadual do Maranhão, 2021.

Orientador: Prof. Dr. Yuri Michael Pereira Costa.

1.Civilidade. 2.Distinção social. 3. Publicador maranhense. I.Título.

**Elaborado por Giselle Frazão Tavares - CRB 13/665**

**VINÍCIUS ROBSON CASTRO DA SILVA**

**DISTINÇÃO SOCIAL E CIVILIDADE:** estudo sobre as elites do Maranhão a partir do  
*Publicador Maranhense São Luís* na segunda metade do século XIX

Monografia apresentada ao Curso de História da  
Universidade Estadual do Maranhão como parte dos  
requisitos para a obtenção do grau de Licenciatura Plena  
em História.

Orientador (a): Prof. Dr. Yuri Michael Pereira Costa.

Aprovada em: 12 /01/ 2022

**BANCA EXAMINADORA**

---

**Prof. Dr. Yuri Michael Pereira Costa** (Orientador)

Doutor em  
Universidade Estadual do Maranhão

---

**José Henrique de Paula Borralho** - 1º Examinador

Doutor em História  
Universidade Estadual do Maranhão

---

**Dr.a Elizabeth Sousa Abrantes** - 2º Examinadora

Pós Doutora em Educação  
Universidade Estadual do Maranhão

## AGRADECIMENTOS

A minha caminhada pelo curso de História não seria possível sem o apoio e companheirismo de inúmeras pessoas, as quais dedico meus agradecimentos.

Em primeiro lugar agradeço a Deus, pelo folego da vida, pelas oportunidades proporcionadas, toda honra e glória a Deus.

À minha mãe, Ana Paula de Sousa Castro que nunca me deixou desistir, sempre me incentivou e apoiou. Admiro sua força e determinação, sempre com sorriso no rosto e palavras fortes demonstrou coragem e vigor.

Ao meu pai, Denilson Robson Chagas da Silva por todas as conversas, pelo esforço para me proporcionar sempre o melhor. Agradeço por estar ao meu lado no momento da realização da minha matrícula do curso, agradeço pelo apoio e dedicação.

Agradeço a minha amada irmã, Anna Beatriz Castro que durante toda essa caminhada sempre me auxiliou e me deu forças.

Ao meu irmão Claudio Roberto Filho, pelo incentivo, por ser inspiração, pelo apoio e sempre ser amigo.

Agradeço a minha companheira Vitória Moraes, que passou comigo toda essa missão, sempre esteve ao meu lado me apoiando e dedicando a melhor parte do seu tempo a estar comigo. Agradeço pelo apoio, por ser compreensiva, paciente e ser meu “ombro amigo”.

À Rafaella Fernandes, minha amiga que durante todo esse período de monografia me auxiliou e ajudou, tornando todo processo de dificuldade algo bem mais simples, agradeço pela troca diária de conhecimento, de conselho e dicas.

Agradeço aos meus companheiros de faculdade, especialmente à Gabriel Reis, Laura Garcez, Brenda Mota, Nayla Alves, Diego Dias, Vanessa Costa e Nathalia Silva.

Aos meus amigos Israel Matheus, Jordano Estevam, Marcos Marreiros, Milena Marreiros, por todo apoio, conversas e brincadeiras.

Ao meu orientador, Yuri Costa, pela sua responsável orientação. Agradeço por todo ensinamento, pelas sugestões bibliográficas, pela paciência, pelas oportunidades a mim dadas.

Ao corpo docente do curso de História, com eles pude crescer pessoalmente, intelectualmente e ampliar minha maneira de analisar os campos da História.

Agradeço a Universidade Estadual do Maranhão por todas as oportunidades dadas a mim, pelas “portas” que foram abertas pela instituição.

Sou grato a todos que estiveram comigo nessa caminhada, foi longa, árdua, mas extremamente gratificante.

## RESUMO

Este trabalho de monografia tem por objetivo apresentar os resultados obtidos do estudo sobre elementos de distinção social nos anúncios do Jornal Publicador Maranhense, na segunda metade do século XIX, nos anos de 1870 a 1875. O propósito central do trabalho é compreender os conceitos de civilidade e elementos de distinção social, utilizando o Jornal Publicador Maranhense como principal objeto deste estudo. A abordagem desta pesquisa é de cunho qualitativo, visto que se pretende problematizar discussões bibliográficas para uma condução de melhor compreensão deste estudo. Logo, espera-se que esta pesquisa incentive outros estudos a respeito do tema, que é pouco explorado, e possibilite uma visão mais ampla sobre a representação das elites, sobre elementos de distinção social e sobre o contexto do jornal. Além de proporcionar uma identificação dos conceitos de civilidade.

**Palavras Chave:** civilidade; distinção social; *Publicador Maranhense*.

## **ABSTRACT**

This graduation thesis aims to present the results got from the study of elements of social distinction in the advertisements of the Publicador Maranhense Newspaper, in the second half of the nineteenth century, during the years from 1870 to 1875. The main purpose of the searching is to understand the concepts of civility and elements of social distinction, using the Publisher Maranhense Newspaper as the main object of this study. The approach of this research is qualitative and quantitative, because quantitative data were collected for the creation of a table to demonstrate the numbers of newspapers with advertisements related to the respective theme. In addition, it is also intended to problematize bibliographical discussions for a better understanding of this study. Therefore, it is expected that this research encourages further studies on the topic, which is little explored, and allows a broader view on the representation of elites, on elements of social distinction and on the context of the newspaper. In addition to providing an identification of the concepts of civility.

**Keywords:** civility; social distinction; Publisher from Maranhão.

## LISTA DE ILUSTRAÇÕES

<b>Figura 1</b> - Edição de número 33 do jornal <i>Publicador Maranhense</i> , do proprietário Ignácio José Ferreira no ano de 1842.....	40
<b>Figura 2</b> - Página do impresso .....	41
<b>Figura 3</b> - Página do impresso .....	42
<b>Figura 4</b> - Anúncio do <i>Publicador Maranhense</i> Edição 166, ano 1870. ....	50
<b>Figura 5</b> - Anúncio do <i>Publicador Maranhense</i> Edição 167, ano 1870 .....	51
<b>Figura 6</b> - Anúncio do <i>Jornal Publicador Maranhense</i> Edição 228, ano 187 .....	53
<b>Figura 7</b> - Anúncio do <i>Jornal Publicador Maranhense</i> Edição 54, ano 1870.....	54
<b>Figura 8</b> - Anúncio do <i>Jornal Publicador Maranhense</i> Edição 80, ano 1871 .....	55
<b>Figura 9</b> - Anúncio do <i>Jornal Publicador Maranhense</i> Edição 80, ano 1871 .....	56
<b>Figura 10</b> - Anúncio do <i>Jornal Publicador Maranhense</i> Edição 189, ano 1874. ....	57



## SUMÁRIO

<b>1 INTRODUÇÃO.....</b>	<b>9</b>
<b>2 ELITES: CIVILIDADE, DISTINÇÃO E IDENTIDADES SOCIAIS.....</b>	<b>13</b>
2.1 Elites e civilidade .....	13
2.2 O conceito e processo de construção da identidade .....	20
2.3 A Seleção dos Gostos e Identificação das Elites.....	24
<b>3 AS ELITES LUDOVICENSES E A IMPRENSA DO SÉCULO XIX: BREVE CONTEXTO HISTÓRICO .....</b>	<b>27</b>
3.1 A província do Maranhão e suas elites.....	27
3.2 Impressões sobre as elites: o jornal <i>Publicador Maranhense</i> .....	34
<b>4 ASPECTOS DE CIVILIDADE NO JORNAL PUBLICADOR MARANHENSE.....</b>	<b>44</b>
<b>5 CONCLUSÃO.....</b>	<b>9</b>
<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>12</b>

## 1 INTRODUÇÃO

Considerando-se o pressuposto de que toda escrita envolve representações, e que a partir delas surgem objetivos, simbologias e ideais, este trabalho aborda as simbologias representativas de vestimentas e ornamentos utilizados pelas elites ludovicenses como utensílios de distinção social. Sendo assim, o objetivo deste estudo é compreender as representações sobre hierarquias e distinção social através de vestimentas e ornamentos utilizados pelas elites de São Luís da década de 1870, através da análise de anúncios e artigos do periódico *Publicador Maranhense*. Para essa compreensão, apresentam-se também as representações da distinção social empregadas pelas elites em relação a sua diferenciação de grupos menos favorecidos economicamente, e a definição de hierarquias entre elites. Além disso, aborda-se o conceito de civilidade para as elites dos Oitocentos, sobretudo no que se refere à cultura das vestimentas e dos adereços pessoais de ornamentação. Também indica-se o modo como as vestimentas e os ornamentos foram empregados pelas elites como elemento relevante no aspecto da distinção social.

De acordo com a perspectiva de pensamento de Bourdieu (2013) o capital cultural possui seus troféus disseminados pela escola, assim como seu sucesso é avaliado pelo acesso a essa nobreza cultural, ou seja, o “progresso” de um indivíduo está diretamente associado a seu capital cultural, sobretudo, adquiridos: na herança familiar, na escola, ou seja, no seu meio de convívio, sendo assim,

À hierarquia socialmente reconhecida das artes – e, no interior de cada uma delas -, dos gêneros, escolas ou épocas, corresponde a hierarquia social dos consumidores. Eis que predispõe os gostos a funcionar como marcadores privilegiados da classe. (BOURDIEU, 2013, p. 9)

A mudança comportamental de uma sociedade está associada à mudança da mentalidade. Para que se possa analisar esta mudança, deve-se observar a cronologia do estudo em questão.

O século XIX configura-se como sendo um período de efervescência industrial, tecnológica e científica. A modernidade estava a todo vapor, as ideias vigentes da Europa começavam a valer no cenário nacional. Era um período próximo à abolição da escravidão, no qual muitos não queriam que a mão de obra escravizada se findasse. Sendo assim certas

ideologias foram admitidas como verdades, tais como o Darwinismo social, a eugenia e o racismo.

A distinção social é algo que está presente na sociedade, inculcado nas mais singelas atitudes, tais como o modo de vestir, de comer, os livros, entre outras atitudes que vão norteando uma sociedade que buscava a todo instante mudanças. Bourdieu chama esse comportamento de *habitus*. Segundo ele, há pessoas que conseguem ter um determinado grau de entendimento das coisas e outras que têm uma ótica diferente. Como, por exemplo, saber analisar uma obra de arte. Essas diferenças pontuais de gostos são verificadas a partir daquilo que ele chama de *sensu estético*. É nesse viés de análise que foi realizada a presente pesquisa, na qual buscou-se explicar de que maneira se formaram as estruturas de distinção social e de que maneira algo pode ser classificado como belo ou feio, ressaltando-se também como as elites disputam esse espaço de aceitação.

Durante a transição do mundo medieval para o mundo moderno, inúmeras mudanças ocorreram. Elias (1994)<sup>1</sup> argumenta em seu livro sobre a grande tecnologia do uso do garfo. Os talheres eram utilizados como objetos simbólicos dominantes no processo civilizador. Grande porcentagem da população, durante a Idade Média, não sabia manusear esse item, apenas as elites. Assim, o uso de talheres e de colheres era um indicador de distinção, pois proporcionava aos grupos elitistas a ideia de superioridade.

Os símbolos sofreram modificações e as elites foram cada vez mais tentando se diferenciar dentre os demais grupos e entre si. A sociedade passou por inúmeras transformações ao longo dos anos, fazendo-se assim necessária uma análise dessas mudanças de comportamento. Dessa forma, a importância de se estudar o uso de representações simbólicas como um marco do processo de distinção social é, de fato, considerável para que se possa observar a ideia que as elites criaram para o sentimento de superioridade em relação aos demais grupos da sociedade.

Esse trabalho centra-se na abordagem da História Social. De acordo com Hobsbawn (2013, p. 118), “a história da sociedade é, portanto, uma colaboração entre modelos gerais de estrutura e mudança social e o conjunto específico de fenômenos que de fato aconteceram.” Partindo desse princípio, podemos nos ater às propostas do autor Norbert Elias (1994), que

---

<sup>1</sup>Ver Norbert Elias (1994, p. 83)

afirma que, na visão do senso comum, gosto é apenas um sentido natural de cada ser humano. Assim, compreende-se que a noção do processo civilizador demonstrado por ele através dos “termos ‘civilizado’ e ‘incivil’, não constitui uma antítese do tipo existente entre o ‘bem’ e ‘mal’, mas representam fases de um desenvolvimento que, além do mais, ainda continua”.

O sociólogo francês Pierre Bourdieu, por sua vez, discute de forma ampla e precisa sobre o modo como a intolerância estética pode gerar violências terríveis e como essa situação está associada diretamente aos "gostos puros" e "gostos vulgares". “Gosto e cores não se discutem: o motivo não é tanto pelo fato de que, na natureza, há gostos para tudo, mas porque cada gosto pretende estar baseado na natureza.” (BOURDIEU, 2013, p. 57).

Todos esses conceitos citados anteriormente são fundamentais para compreender a dinâmica social da elite na cidade de São Luís. Definir elite é uma tarefa difícil, segundo Yuri Costa. Ele afirma que, “na historiografia brasileira sobre o tema, mesmo aqueles pesquisadores que se esforçaram em localizar elementos de aproximação das elites tiveram que se render aos riscos da homogeneização teórica, reconhecendo limites na análise da definição desses grupos.” (COSTA, 2019, p. 142)

Para que se possam compreender as elites, é imprescindível observar-se o cenário no qual elas estão inseridas.

Durante o século XIX o Maranhão teve crises na economia, principalmente em decorrência da queda do preço do algodão. Então, o açúcar foi inserido no mercado, tornando-se assim o principal produto de agroexportação da província do Maranhão. Tempos depois, a economia açucareira começou a entrar em crise devido a competição com as Antilhas na segunda metade do século XIX<sup>2</sup>. Consequentemente, os investidores começaram a fazer aplicações nos chamados parques fabris, dentre eles a cidade de São Luís. Com essa mudança de cenário e o aumento da urbanização a população mais abastada começou a fazer-se presente nas cidades com mais frequência.

De acordo com Yuri Costa (2019), as elites do século XIX traçaram estratégias que mantivessem um sistema político instável. Pois, segundo ele, a reorganização “do Estado após a Independência do Brasil, sobretudo através de uma malha burocrática que possibilitou a reprodução de elementos caros à aristocracia, como a escravidão e a concentrada estrutura

---

<sup>2</sup>Ver Costa, 2018, p. 245.

fundiária, exigiu a composição de uma elite de natureza eminentemente política”. (COSTA, 2019, p. 142).

A metodologia aplicada neste trabalho inclui uma pesquisa bibliográfica. O desenvolvimento seguiu etapas explicativas e descritivas. Seu objetivo é fazer um levantamento de dados, conexões com pesquisas que assimilem com os conceitos da análise.

Esta pesquisa possui cunho descritivo, pois tem como objetivo analisar as características das elites ludovicense durante a década de 70, no século XIX. O método descritivo é definido por Gil (2008, p. 28) como uma “descrição das características de determinada população ou fenômeno ou o estabelecimento de relações entre variáveis”. A coleta de informações e dados foi feita através de artigos científicos, jornais, monografias, teses, dissertações e revistas científicas. Também foram utilizados livros que abordam sobre o tema.

Outro método utilizado na abordagem foi o método histórico, que tem como princípio, segundo Lakatos (2003), investigar acontecimentos e etapas de fatos que ocorreram no passado, além de analisar de que maneira esses fatos afetam a sociedade na atualidade. Pois, segundo ele, “as instituições alcançaram sua forma atual através de alterações de suas partes componentes, ao longo do tempo, influenciadas pelo contexto cultural particular de cada época”. (LAKATOS, 2003, p. 106). Assim, considera-se que esse método se encaixa na investigação de características históricas do processo de distinção social e no entendimento dos recursos utilizados pela elite de São Luís para ter mais mérito, para obter posições e cargos sociais mais elevados em seus entendimentos.

O trabalho foi dividido em três capítulos. No primeiro capítulo, aborda-se de forma direta a questão da sociogênese e a estruturação do termo civilidade na Europa, além do conceito de identidade. Esta etapa do material escrito baseia-se na obra de Bourdieu (2013), *A Distinção* para a compreensão das motivações que levam as pessoas aceitarem e entenderem as vestimentas a partir da dualidade belo versus feio, e ter uma noção sobre aspectos de gostos.

O segundo capítulo aborda sobre as elites ludovicense e sobre a imprensa, com enfoque no contexto histórico, econômico e social. Também apresenta-se o Jornal *Publicador Maranhense*.

Por fim, no terceiro e último capítulo, abordam-se os elementos de distinção social a partir dos anúncios publicados pelo Jornal *Publicador Maranhense*. Nessa etapa, apresentam-se elementos significativos para o posicionamento deste documento acerca de questões políticas e sociais.

## 2 ELITES: CIVILIDADE, DISTINÇÃO E IDENTIDADES SOCIAIS

### 2.1 Elites e civilidade

Este capítulo tem como objetivo trabalhar aspectos a respeito da análise conceitual sobre as elites. Além disso, apresentam-se a sociogênese e a estruturação do termo civilidade na Europa através das obras de Norbert Elias (1994) e de Pierre Bourdieu (2013). Esta última destaca as motivações que levam a sociedade a determinar algo como belo e feio, além de identificar os padrões de comportamento da sociedade da época.

A fim de que se possa ter uma compreensão mais clara e precisa, e necessário que se identifique essa elite. Para Heinz (2006, p. 7), “trata-se, com efeito, de um termo empregado em um sentido amplo e descritivo, que faz referência a categorias ou grupos que parecem ocupar o ‘topo’ de uma estrutura de autoridades ou de distribuição de recursos”.

Heinz (2006, p. 7) ainda afirma que o termo aponta para uma zona de investigação bem vasta, cobrindo pessoas “abastadas” e “influentes”. Mas, cabe aqui o questionamento: quem eram essas pessoas? Como caracterizá-las?

No Brasil houve um processo de construção do Estado brasileiro. E foi nesse cenário que entraram as elites provinciais.

De acordo com Miriam Dolhnikoff (2003, p. 117) o centro de construção do Estado brasileiro “revestia um problema essencial: o lugar das elites regionais no novo Estado. Maior autonomia significaria garantir aos grupos dominantes, nas províncias, um papel decisivo na condução do país”.

A partir das reformas liberais da década de 1830, em especial a promulgação do Ato Adicional em 1834, o arranjo institucional prevalecente garantiu aos governos das provinciais, através das assembleias legislativas, autonomia de decisão em relação a itens estratégicos como tributação, empregos, força policial, obras públicas, instrução política, etc. Autonomia mantida mesmo depois das reformas conservadoras da década de 1840 [...] (DOLHNIKOFF, 2003, p. 117).

A grande consequência desse controle mais intenso dos governos provinciais foi uma maior participação das elites regionais na construção do Estado. Elas estabeleciam suas demandas, e, conseqüentemente, ligavam-se como uma elite política. Além disso, esses grupos mantinham laços com suas regiões de gênese.

Segundo Míriam Dolhnikoff (2003), essa característica criou um perfil para o Estado brasileiro. A autora reforça ainda que essa autonomia, voltada para a constituição de uma força policial para criação de empregos e demissões de empregados, tornou o órgão legislativo um espaço de controle e articulação das elites, “com significativa capacidade de interferir nos negócios públicos tanto regionais como nacionais” (DOLHNIKOFF, 2003, p. 118).

É nesse emaranhado de jogos políticos que as elites no Brasil se perpetuam até em tempos atuais, estabelecendo controles jurídicos e sociais para manter seus privilégios e daqueles que fazem parte do seu meio social. Os grupos da província do Maranhão, por exemplo, atuavam no jogo político, conduzindo as obrigações do Estado em âmbito local e também negociando fatores de interesse com a própria Assembleia Geral (SANTOS, 2016, p. 67).

De acordo com o que foi analisado pelos autores acima citados, não há como abordar sobre elite no Brasil, sobretudo no Maranhão, sem abordar também o viés político. Para Santos (2016, p. 67 - 68) existia um grupo privilegiado que influenciava os rumos da política provincial e que lutavam por uma característica de poder. Então, é possível entender que a manutenção dos privilégios dessa classe ocorre em detrimento das lutas políticas, através das ajudas concedidas para as pessoas do mesmo grupo social e a manutenção do poder político nas mãos de algumas famílias.

É a partir dessa explicação que se compreende um pouco mais sobre a construção da ideia de civilidade, processo de distinção social. Também é nesse momento que identificam-se aspectos estruturantes das elites na província do Maranhão.

Compreender o conceito de *Civilização* é fundamental para se discutir o pensamento eliasiano.<sup>3</sup>A civilização é um processo constituído a partir de uma rede de interdependência funcional, o termo *Civilização*, segundo o autor, leva-nos a uma ideia de que esse “conceito expressa a consciência que o ocidente tem de si mesmo” (ELIAS, 1994, p. 23), tais aspectos citados são ferramentas que permitem compreender melhor os detalhes da vida cotidiana numa perspectiva de mudança social. O conceito de civilização constitui uma série de interpretações para diferentes nações ocidentais. Ou seja:

---

<sup>3</sup>Ideias baseadas nas concepções do intelectual Norbert Elias.

O conceito francês e inglês de civilização pode se referir a fatos políticos ou econômicos, religiosos ou técnicos, morais ou sociais. O conceito alemão de *Kultur* alude basicamente a fatos intelectuais, artísticos e religiosos e apresenta a tendência de traçar uma nítida linha divisória entre fatos deste tipo, por um lado, e fatos políticos, econômicos, sociais, por outros. ELIAS, Nobert (1994, p. 24)

De acordo com Elias (1994) essas regulações são classificadas como um processo de pacificação social. Outra maneira de visualizar o processo civilizatório é considerando que ele esteve muito atrelado à ideia de progresso. Esse conceito agrega vários fatores em si, como questões tecnológicas, costumes e cultos religiosos, ao comportamento de homens e mulheres, ao desenvolvimento científico, às formas de moradia, à maneira de se alimentar, ao modo de higienização, entre outras variáveis. “Rigorosamente falando, nada há que não possa ser feito de forma ‘civilizada’ ou ‘incivilizada’. Daí o motivo da dificuldade de sumariar em algumas palavras tudo que se pode descrever como civilização” (ELIAS, 1994, p. 23).

De acordo com Gomes (2012, p. 173-174), nas sociedades modernas houve uma nova adequação dos relacionamentos humanos. Começou a existir uma interdependência entre as pessoas e ocorreram mudanças nas estruturas do comportamento do homem, criando assim uma maneira de conduta e de sentimentos civilizados.

De acordo com a supracitada autora, com o passar dos anos cada indivíduo passou a depender cada vez mais de um maior quantitativo de pessoas para realizarem suas atividades sociais. “Por isso, cada indivíduo deveria controlar suas ações de maneira cada vez mais eficiente” (GOMES, 2012, p. 174). O conceito de civilização empregado por Elias (1994, p. 24) descreve um processo ou seu resultado e refere-se a algo que está em movimento constante, movendo-se de maneira “para frente”. No conceito alemão, *Kultur* reporta-se a ideia de produtos humanos, livros, obras de arte, métodos religiosos ou questões filosóficas.

[...] o conceito de civilização minimiza as diferenças nacionais entre os povos: enfatiza o que é comum a todos os seres humanos ou – na opinião dos que o possuem – deveria sê-lo. [...] em contraste, o conceito alemão de *Kultur* dá ênfase especial a diferenças nacionais e à identidade particular dos grupos. (ELIAS, 1994, p. 25).

Pode-se perceber que, para Elias, a sociedade e o indivíduo devem ser vistos como partes de uma mesma relação. Segundo ele, o indivíduo carrega consigo fortes tendências incorporadas pelas pressões da sociedade, que está formada por configurações de indivíduos e pelas próprias relações de dependência entre eles (GOMES, 2012, p. 174). Outro ponto que podemos destacar é o fato de não haver naturalidade nas atitudes do ser humano. Pois, segundo



Elias (1994) o desenvolvimento dos modos fez com que pudéssemos realizar padrões de atitudes na qual fosse denominada civilizada.

O desenvolvimento dos modos de conduta [...] prova que não existe atitude natural no homem. Acostumamo-nos a imaginar que tal ou qual forma de trato é melhor porque melhor expressa a natureza humana – nada disso, diz Elias, na verdade o que houve foi um condicionamento [...] e um adestramento [...]. (ELIAS, 1994, p. 9-10)

Durante a Idade Média, os “manuais de civilidade” apresentavam algumas tendências restritivas que caracterizavam os determinados grupos sociais através de algumas ações e posturas. Alguns dos manuais de boas condutas analisadas por Norbert Elias foram *Giovanni Della Casa* e *Erasmus de Rotterdam*, o autor enxerga tais manuais como a propagação dos pensamentos, sentimentos, costumes e hábitos da burguesia, que chega ao poder e necessita ser civilizada. Entre as orientações presentes nos manuais estavam:

Não cuspa em cima ou por cima da mesa. Não peça repetição de um prato que já foi tirado da mesa. Uma instrução comum é não soltar gases à mesa. Enxugue a boca antes de beber. Não faça pouco da comida nem diga coisa alguma que possa irritar os demais. Não limpe os dentes com a toalha da mesa. Se molhou o pão no vinho, beba-o ou derrame o resto. Não ofereça aos demais o resto de sua sopa ou do pão que já mordeu. Não se assoe com barulho excessivo. Não adormeça à mesa. E assim por diante (ELIAS, 1994, p. 79).

Ao longo do século XIX, em decorrência da formação dos Estados Nacionais, revoluções e conflitos vivenciados por toda a Europa, tais acontecimentos colaboraram para que se pensasse uma espécie de reordenação social. Através de tratados e manuais de boas maneiras, difundia-se um modelo do que seria viver em sociedade para alguns pensadores daquela época. “Os manuais possuíam uma estrutura original que privilegiava a leitura rápida e objetiva. A consulta era fácil. E podia-se ir direto ao tema selecionado, sem precisar passar, obrigatoriamente, pelos demais” (SCHWARCZ, 1997, p. 12).

A difusão desses manuais no Brasil aconteceu desde que os primeiros escritos chegaram com a colonização portuguesa. De acordo com Rainho (1995, p. 141) ao longo do século XIX no Brasil, vários manuais de etiqueta e civilidade foram publicados e republicados, como *O novo manual do bom-tom*, e outras publicações. Alguns anúncios de jornais sugeriam a leitura desses manuais para as pessoas que desejassem ser bem-sucedidas na sociedade.

Durante a vinda da Corte, em 1808, uma sociabilidade marcada por salões imperiais e festas próprias caracterizava os comportamentos da ‘boa sociedade’ ao longo do século XIX.

Para essa classe, era importante aristocratizar-se. Isto significava aderir a valores que pudessem nivelar, no mínimo na aparência, aos seus pares europeus e poder diferenciar-se do restante da população (RAINHO, 1995, p. 139). “Neste processo de civilização dos modos, os cuidados com higiene, a correção dos modos, as boas maneiras à mesa e a adequação e distinção no vestir passam a contar quase tanto quanto o dinheiro e os títulos de nobreza” (RAINHO, 1995, p. 139).

De acordo com Maria Teresa Santos Cunha, o manual “procurava normatizar os rituais do Brasil Imperial e se tornou leitura obrigatória para aqueles que almejavam serem bem-sucedidos na sociedade” (CUNHA, 2005, p. 122). Em Portugal, o manual era tido como referência em educação, por seu conteúdo tratar de experiências provenientes do convívio com a nobreza e a realeza em Paris e Londres. Para as elites brasileiras, o manual visava às necessidades de educação de um reino jovem e em desenvolvimento,

Diante de uma realeza isolada, em meio às demais repúblicas americanas, de um Império escravocrata que dissimulava as marcas dessa instituição e de uma nobreza recém-criada, tais guias foram recebidos com o entusiasmo daqueles que tentam apagar as pistas de seu caráter recente e bastante improvisado. (SCHWARCZ, 1997, p. 29)

Segundo Maria do Carmo Teixeira Rainho (1995, p. 140), os guias de boas maneiras têm elementos de moral e de regras de comportamento. Todos esses elementos compõem a literatura da civilidade. Assim, esses manuais tinham o objetivo de ensinar comportamentos e maneiras consideradas como corretas.

Esses materiais faziam uso de alguns aspectos do passado, a fim de tecer uma espécie de organização das sociedades, colaborando assim para que houvesse uma adequação cultural de homens e mulheres. Reinhart Koselleck (2014, p. 236), destaca que a necessidade de se ter referências no tempo presente desperta ânsia de remeter o olhar das pessoas para o passado, na busca de comportamentos que, na teoria, obtiveram êxito, a fim de legitimar e dar continuidade aos mesmos.

É importante ressaltar que os manuais de civilidade que circulavam na corte no século XIX chegaram aqui num momento em que estas obras estavam amplamente difundidas na Europa, onde eram editadas desde o século XVI sob a forma de tratados de cortesia, regras de moral e nas ‘artes de agradar ou artes de amar’. Da codificação e simplificação dessas obras é que surgem os manuais de civilidade, dos quais o primeiro. *Civilitate morum puerilium*, de Erasmo, data de 1530. (RAINHO, 1995, p. 142).

Os manuais, mesmo que direcionados a um tipo de público específico, visavam contribuir para a formação do caráter e das relações sociais. Buscavam transformações comportamentais e culturais da sociedade através de condutas, conscientes ou não, que condicionam o sujeito a uma identificação ou uma distinção entre os seus contemporâneos. O princípio da boa educação está compenetrado à visão e o pensamento do autocontrole como norma de civilidade, determinado ao fim das práticas de barbárie.

Desta forma, compreende-se que civilizar-se é sinônimo de viver em comunhão com os outros. Ou seja, é moldar o comportamento desde o acordar até o momento de dormir. São esses os princípios difundidos dentro dos manuais de civilidade. (CECCHIN & CUNHA, 2007, p. 123). Neles destacavam-se algumas regras de refinamento das aparências e de comportamento, tais como:

[...] leituras voltadas à conformação e internalização destas regras imperativas de comportamento pautadas nos preceitos de polidez, elegância e cortesia - identificadas nos Manuais de Civilidade. Vários eram os pressupostos ditados neste tipo de texto com vistas ao refinamento das aparências no âmbito das sociabilidades aburguesadas: regras sobre como comportar-se em festas, eventos da sociedade, artes de bem viver; conselhos indispensáveis à aquisição de êxito nas investidas ao bom comportamento no grupo social (CECCHIN & CUNHA, 2007, p. 127).

Os manuais de civilidade encaixavam-se no que se considerava como boa sociedade, pois esse era o padrão estabelecido pelos grupos privilegiados. As regras desses manuais formavam um arsenal de regras consideradas como modelos de distinção social. As escrituras classificavam as pessoas que obedeciam àquelas regras como civilizadas. Já aquelas pessoas que não se adequavam àqueles padrões de indutância, no entanto, eram denominadas como incivilizadas.

Essas regras são retratadas em uma das obras mais significativa de Bourdieu, *A Distinção: crítica social do julgamento* (2013). O autor explica que as escolhas de *belo*, de *vulgar*, estão atreladas ao capital escolar e à herança familiar. Ou seja, os grupos que tinham acesso aos manuais de civilidade eram grupos restritos, as poucas famílias que faziam parte das elites. Elas aprendiam boas maneiras com esses manuais, e utilizavam esse aprendizado como uma força simbólica, algo de prestígio. Pois, com esse conhecimento colocado em prática, tornavam-se pessoas civilizadas.

Muitas vezes, esses modelos de escolhas são colocados como gostos individuais. Bourdieu faz uma breve explicação acerca dessa temática. Veja:

Como toda espécie de gosto, ela une e separa: sendo o produto dos condicionamentos associados a uma classe particular de condições de existência, ela une todos àqueles que são produto de condições semelhantes, mas distinguindo-os de todos os outros e a partir daquilo que têm de mais essencial, já que o gosto é o principal de tudo que se tem, pessoas e coisas, e de tudo o que se é para os outros, daquilo que serve de base para se classificar a si mesmo e pelo qual se é classificado (BOURDIEU, 2013, p. 56).

O autor explica que o gosto legítimo está correlacionado ao poderio cultural e econômico de uma determinada classe. Quanto mais herança familiar e mais educação de um determinado grupo em questão, mais se distinguem as suas características. Esse pensamento é objetificado na essência da arte, da música, do teatro, os quais são lazeres sociais que estão intrinsecamente associados a aqueles que dispõem de um capital cultural estruturado, desenvolvido nas escolas e nos lares.

De acordo com Elias, na visão do senso comum, o gosto é apenas um sentido natural de cada ser humano. Para ele há um equívoco sobre essa concepção, pois o sentido do belo, do admirável, é algo que está ligado a uma via de consumo, consagrando objetos com o uso simbólico da diferenciação de um indivíduo pelo outro, distinguindo-se os grupos, separando-os em sua esfera, sua classe. O intuito é identificar de que maneira as escolhas e os gostos estão atrelados aos manuais de civilidade, e, além disso, como esses aspectos de distinção social estão atrelados aos jornais.

Os manuais de civilidade faziam uso de padrões de moralidade e comportamento. Esses padrões, na maioria das vezes, eram refletidos nos jornais e periódicos da época. Era muito comum, por exemplo, encontrarem-se anúncios nos jornais voltados ao comércio de vestes e acessórios pessoais, levando em conta os chamados *manuais de boa conduta*. O jornal *Publicador Maranhense*, por exemplo, geralmente, trazia nas primeiras páginas manchetes sobre a Província do Maranhão e outros locais. Suas últimas páginas, no entanto, eram destinadas a publicações de anúncios.

A perspectiva de evolução cultural, disseminada pelos países europeus do ocidente aos quatros cantos do mundo, proporcionou uma seletividade entre a sociedade humana, contribuindo de certa forma para o que o Bourdieu (2013) denomina de *senso estético*. Aquilo que simboliza o deslumbrante ou o vulgar, no que se refere a vestimentas ou decorações, está atrelado com o nível cultural de reconhecimento dos objetos simbólicos. E o que proporciona o entendimento e compreensão desses objetos é o processo de formação familiar e cultural do indivíduo. Esse contexto envolve a construção de uma identidade individual e social.

## 2.2 O conceito e processo de construção da identidade

Neste tópico busca-se correlacionar os aspectos citados acima, no intuito de identificar conceitos que definam o processo de construção de identidade do indivíduo. Para isso, é necessário pensar nessa construção identitária a partir da sua origem. Ao refletir desde os primórdios, o homem é considerado um ser de relações sociais na qual incorpora normas e valores para assim viver em sociedade. De acordo com Marlene Neves Strey (2002, p. 59) “cada indivíduo encontra-se num sistema social criado através de gerações já existentes e que é assimilado por meio de inter-relações sociais”.

Mariângela Gentil Savoia (1989, p. 54) explica que a formação da personalidade do ser humano é decorrente de um processo de socialização, no qual intervêm fatores inatos e adquiridos. Logo, pode-se afirmar que não herdamos apenas a genética de nossos familiares, mas também, comportamentos provenientes de sua natureza social e cultural.

A necessidade do ser humano de se relacionar se dá por diversos motivos. Dentre eles, a necessidade de comunicar-se, de aprender e ensinar. Essas relações podem ser estabelecidas, variando de acordo com as necessidades e interesses do indivíduo, que sofre influência dos mais diversos grupos sociais que compõem a sociedade na qual ele vive. Essa influência acontece até mesmo quando o indivíduo apresenta traços que o diferenciem dos demais. Como, por exemplo, fatores biológicos e comportamentais.

Arthur Ramos (2003) classifica esse fenômeno da seguinte forma:

O indivíduo dentro dos seus padrões sociais vive em sociedade, como membro do grupo, como “pessoa”, como “socius”. A própria consciência da sua individualidade, ele a adquire como membro do grupo social, visto que é determinada pelas relações entre o “eu” e os “outros”, entre o grupo interno e o grupo externo. (RAMOS, 2003, p. 238)

O indivíduo desenvolve-se em um contexto multicultural onde lhes são apresentados valores, regras e crenças, transformando assim a cultura desta comunidade em um processo de “intercâmbio” entre indivíduos, grupos e sociedades. Um exemplo disso, de acordo com Strey (2002, p. 58) é o uso da linguagem, desta forma, a autora destaca que a partir do momento em que o indivíduo faz uso, este participa de um processo cultural através da apropriação de uma espécie de símbolo daquela sociedade. A autora explica que “a cultura é

um conjunto de hábitos e regras de um determinado grupo que são aprendidos no contexto das atividades destes grupos”.

Logo, a cultura não deve ser considerada algo isolado, mas sim, um conjunto de características assimiladas, manifestadas e compartilhadas dentro a sociedade na qual o indivíduo está inserido. Dessa forma, a cultura está diretamente ligada ao modo de vida total de um grupo humano, compreendendo seus elementos naturais, não naturais e ideológicos, sendo assim “As culturas penetram o indivíduo [...] da mesma forma que as instituições sociais determinam estruturas psicológicas [...] o homem pensa e age dentro do seu ciclo de cultura” (RAMOS, 2003, p. 265).

Erving Goffman (1988) explica que a identidade de um indivíduo é construída com base nos parâmetros da sociedade em que este está inserido. O processo de construção da identidade social do indivíduo apresentado de acordo com o autor, que classifica um determinado indivíduo pertencente a um grupo ou sociedade são os ambientes sociais, estes determinam as categorias de pessoas que neles podem ser encontradas.

Então, quando um estranho nos é apresentado, os primeiros aspectos nos permitem prever a sua categoria e os seus atributos, a sua “identidade social” – para usar um termo melhor do que “status social”, já que nele se incluem atributos como honestidade, da mesma forma que atributos estruturais como ocupação. (GOFFMAN, 1988, p. 12)

De acordo com Goffman (1988) o conceito de identidade social é subdividido em duas vertentes: identidade social virtual e social real. Segundo ele, a identidade social virtual se dá com base nas exigências de um determinado grupo ou sociedade para que o indivíduo seja visto como pertencente a este. Enquanto a identidade real está relacionada a categoria e atributos que o indivíduo apresenta para assim ser integrado a determinado grupo ou sociedade,

Enquanto o estranho está a nossa frente, podem surgir evidências de que ele tem um atributo que o torne diferente de outros que se encontram numa categoria em que pudesse ser incluído, sendo até, de uma espécie menos desejável – num caso extremo, uma pessoa completamente má, perigosa ou fraca. Assim, deixamos de considerá-lo criatura comum e total, reduzindo-o a uma pessoa estragada e diminuída. Tal característica é um estigma, especialmente quando o seu efeito de descrédito é muito grande – algumas vezes ele também é considerado um defeito, uma fraqueza, uma desvantagem – e constitui uma discrepância específica entre a identidade social virtual e a identidade social real. (GOFFMAN, 1988, p. 12)

De acordo com o autor supracitado, a identidade social do indivíduo pode ser arruinada caso a discrepância vinculada a este apareça, isso porque, “ela tem como efeito afastar o indivíduo da sociedade e de si mesmo de tal modo que ele acaba por ser uma pessoa desacreditada frente a um mundo não receptivo” (GOFFMAN, 1988, p. 12). O autor apresenta três tipos diferentes de estigmas:

Em primeiro lugar, há as abominações do corpo – as várias deformidades físicas. Em segundo lugar, as culpas de caráter individual, percebidas como vontade fraca, paixões tirânicas ou não naturais, crenças falsas a partir de relatos conhecidos de, por exemplo, distúrbio mental, prisão, vício, alcoolismo, homossexualismo, desemprego, tentativas de suicídio e comportamento político radical. Finalmente, há os estigmas tribais de raça, nação e religião que podem ser transmitidos através de linhagem e contaminar por igual todos os membros de uma família. (GOFFMAN, 1988, p. 14)

Analisando a abordagem feita pelo autor, pode-se perceber que o estigma costuma apresentar características sociológicas básicas vinculadas às respostas negativas frente a identidade social e virtual. Dessa forma, o processo de construção do indivíduo estigmatizado se dá na medida em que a identidade social virtual, elaborada e atribuída socialmente ao indivíduo se afasta de sua identidade social real havendo assim atributos que possibilitam esse distanciamento.

Visto que a identidade é resultado de uma construção social e carrega consigo a heterogeneidade de grupos e sociedades, esta não pode ser vista como monolítica, isso porque, essa visão acaba por excluir a compreensão de processos identitários mistos presentes em várias sociedades. De acordo com Denys Cuche:

Na realidade, como cada um faz a partir de suas diversas vinculações sociais (de sexo, de idade, de classe social, de grupo cultural...), o indivíduo que faz parte de várias culturas fabrica sua própria identidade, fazendo uma síntese original a partir destes diferentes materiais. O resultado é, então, uma identidade sincrética e não dupla, se entendermos por isso uma adição de duas identidades para uma só pessoa. (CUCHE, 1999, p. 184)

O fato de a identidade ter características dinâmicas e multidimensionais, além de torná-la algo complexo, essas variações acabam por lhe dar certa flexibilidade através de reformulações ou manipulações,

A identidade é vista como um meio para atingir um objetivo. Logo, a identidade não é absoluta, mas relativa. O conceito de estratégia indica também que o indivíduo, enquanto ator social, não é desprovido de uma certa margem de manobra. Em função

de sua avaliação da situação, ele utiliza seus recursos de identidade de maneira estratégica. Na medida em que ela é um motivo de lutas sociais de classificação, que buscam a reprodução ou a reviravolta das relações de dominação, a identidade se constrói através das estratégias dos atores sociais. (CUCHE, 1999, p. 186)

Entretanto, quando se recorre ao conceito de estratégia, não se pode pensar que os atores sociais são totalmente livres para definir sua identidade, segundo interesses materiais e simbólicos do momento. Ou seja, as estratégias devem considerar a situação social, a relação de força entre os grupos e as manobras dos outros.

Considerando-se que a identidade se dá através da identificação imposta pelos outros e do que o grupo ou o indivíduo afirma por si mesmo, de acordo com Denys Cuche, “um tipo extremo de estratégia de identificação consiste em ocultar a identidade pretendida para escapar à discriminação” (CUCHE, 1999, p. 186).

Maria Jacques (2006) explica que a construção da identidade se dá através da necessidade de sobrevivência e relações sociais, mesmo com a delimitação do contexto espaço e tempo em que o sujeito está inserido. A autora explica que a identidade é expressa também “como uma maneira de cada indivíduo se tornar algo em uma composição de grupo, etnia, raça, gênero, família ou profissão, em que o igual e o diferente convivem simultaneamente” (JACQUES, 2006, p. 155).

Jacques destaca que os conflitos e desafios gerados de toda e qualquer sociedade se dão através de conflitos individuais e coletivos, contextualizados e historiados. A autora aponta que as reflexões sobre identidade são densas, e na “tradição socrático-platônica” ela se reporta à essência, de maneira fixa. “A tendência atual é concebê-la como uma síntese lógica e ontológica, em cuja constituição as relações sociais ocupam lugar destacado” (JACQUES, 2006, p. 155).

De acordo com Zygmunt Bauman (2005, p. 12) qualquer tentativa de solidificar o que se tornou líquido, utilizando-se de uma política de identidade, acarretaria ao pensamento crítico um beco sem saída. As reflexões sobre a questão da identidade se voltam a conceitos e tendências que destacam as relações sociais e transformações desses processos identitários na sociedade, bem como a forma como se delimita a questão de cunho humanístico ou ético-morais. Segundo o autor, as comunidades, que acabam pôr as identidades, podem ser divididas em dois tipos: “comunidades de vida e de destino, cujos membros ‘vivem juntos numa ligação absoluta’, e outras que são ‘fundidas unicamente por ideias ou por uma variedade de princípios” (BAUMAN, 2005, p. 17).



Para Bauman (2005) a identidade não é vista como algo sólido, estas relações sociais são de certa forma negociáveis e, segundo o autor, o livre arbítrio também faz parte do processo de construção identitária.

A 'identidade' só nos é revelada como algo a ser inventado, e não descoberto; como alvo de um esforço, 'um objetivo'; como uma coisa que ainda se precisa construir a partir do zero ou escolher entre alternativas e então lutar por ela e protegê-la lutando ainda mais – mesmo que, para que essa luta seja vitoriosa, a verdade sobre a condição precária e eternamente inconclusa da deva ser, e tenda a ser, suprimida e laboriosamente oculta. (BAUMAN, 2005, p. 21-22)

De acordo com Manuel Castells (2018, p. 55 - 56) a construção da identidade se dá de três formas distintas, tendo como base as relações de poder: a identidade legitimadora, a identidade de resistência e a identidade de projeto. O autor defende que a identidade legitimadora é inserida por instituições dominantes da sociedade a fim de propagar e racionalizar seu poder de dominação em relação aos outros atores sociais. A identidade de resistência se dá através dos autores sociais que, de certa forma, se veem estigmatizados pela dominação exercida, fazendo com que barreiras sociais, baseadas em princípios que norteiam as instituições da sociedade na qual o indivíduo está inserido, acabam por dificultar a sua sobrevivência. Por fim, a identidade de projeto se dá através de materiais culturais que redefinem posições dentro da sociedade, colaborando para com a estruturação social,

[. . .] entendo por identidade o processo de construção de significado com base em atributo cultural, ou ainda um conjunto de atributos culturais inter-relacionados, o(s) qual(ais) prevalece(m) sobre outras fontes de significados. Para um determinado indivíduo ou ainda um ator coletivo, pode haver identidades múltiplas. (2018, p. 54)

Para o autor, a construção da identidade sempre estará interligada ao seu contexto, visto que as intervenções sociais e características dos tipos identitários estão diretamente ligados ao ser social. Vale salientar que, a identidade é um processo de construção de significados que tem por base atributos culturais ou conjunto de atributos culturais inter-relacionados. Dessa forma, o indivíduo ou ainda um ator coletivo, pode ter identidades múltiplas (CASTELLS, 2018, p. 54-56).

### **2.3 A Seleção dos Gostos e Identificação das Elites**

Alguns aspectos demonstram que as pessoas são influenciadas a terem determinadas atitudes, visando a boa convivência em sociedade.

Pela mídia, os indivíduos aprendem como se comportar de modo que se encaixem, de acordo com as necessidades e as expectativas de sua sociedade. A mídia de massa tornou-se um dos principais caminhos para que a sociedade moderna “educassem” seus cidadãos. (FEGHALI, 2008, p. 17, apud, GUIMARÃES, 2016, p. 8).

O livro *A Distinção: crítica social do julgamento* é um dos principais trabalhos de Pierre Bourdieu, de acordo com Vasconcellos (2012, p. 81) a grande ambição de Bourdieu é “[...] construir uma teoria sociológica das categorias que organizam a percepção do mundo social”. A partir do aspecto de análise dessa afirmação acima é possível observar que Bourdieu faz um estudo minucioso sobre as relações sociais. E um dos pontos que ele trabalha é justamente, a respeito da seleção de gostos.

Os *gostos* são escolhas que no senso comum entende-se como pessoais. Tais atitudes realizadas pela grande parte da sociedade são determinadas pelos *gostos* específicos seja relativo aos grupos sociais em relação à educação, ou seja, “[...] é a arte e no ‘curioso efeito sociológico’ que ela produz ao dividir o público em duas ‘castas antagônicas’: ‘aqueles que a compreendem e aqueles que não a compreendem’ (BOURDIEU, 2013, p. 34)”.

A partir dessa análise entra um aspecto que o próprio autor trabalha, capital cultural, que pode ser definido como “o conceito de capital cultural (diplomas, nível de conhecimento geral, boas maneiras) é utilizado para se distinguir do capital econômico e do capital social (rede de relações sociais)” (VASCONCELLOS, 2002, p. 79). Nesse aspecto, vale ressaltar o que o autor Christian Baudelot (2002) citado pela autora Maria Drosila Vasconcellos (2002, p. 80) diz que, Bourdieu demonstra que há uma relação entre as desigualdades nas escolas e a cultura. A própria escola pressupõe alguns conhecimentos que são adquiridos na esfera familiar.

Para aplicar a ideia de processo civilizador associado a um pensamento de mudança social onde as elites modularam a forma de comportamento da sociedade, Bourdieu (2013, p. 34) descreve de acordo com o seu pensamento, que o gosto de alguns estilos musicais, livros ou consciência política estão entrelaçados em consonância com aqueles que detêm do contato do capital cultural inserido na escola, transmitidos pela família.

Outro aspecto que o sociólogo francês descreve é sobre o senso estético. “A estética pode ser entendida como aquilo que é admirável ou simbolicamente não atrativo, como por exemplo, a maneira de vestimentas ou enfeites decorativos. Algo construído socialmente a

partir daqueles que historicamente absorveram um aprendizado dos símbolos admiráveis ou de algo de que não se encaixa como belo” (BOURDIEU, 2013, p. 56).

De acordo com o pensamento de Bourdieu trazido para este trabalho, para que se possa compreender a arte, é necessário que o indivíduo tenha conhecimentos adquiridos através de estudos e de práticas culturais, gerando assim um sentimento de inferioridade naqueles que não tiveram as mesmas oportunidades. Bourdieu (2013) defende ainda que a arte não é voltada para todos, assim como vários instrumentos artísticos que são utilizados como forma de diferenciação deste indivíduo.

[...] os ocupantes das diferentes posições no espaço social não passam em si mesmo de um balanço, em determinado momento, das lutas simbólicas cujo pretexto é a imposição do estilo de vida legítimo e que encontram uma realização exemplar nas lutas pelo monopólio dos emblemas da “classe”, ou seja, bens de luxo, bens da cultura legítima ou modo de apropriação legítima desses bens (BOURDIEU, 2013, p. 233).

As relações do processo civilizador podem ser aplicadas em várias sociedades diferentes. Levando em consideração as implicações históricas do conceito aplicadas à realidade das sociedades da Europa, pode-se verificar a relevância da noção de regulação e autorregulação social enquanto ferramentas para a compreensão do comportamento social de outras sociedades fora da Europa, tal como: o Brasil.

### **3 AS ELITES LUDOVICENSES E A IMPRENSA DO SÉCULO XIX: BREVE CONTEXTO HISTÓRICO.**

#### **3.1 A província do Maranhão e suas elites**

Para que se possa fazer uma análise acerca da elite ludovicense, é importante considerar-se o seu contexto histórico, econômico e social da segunda metade do século XIX. Essa temática é abordada no jornal *Publicador Maranhense*.

Durante o século XIX, o Maranhão ficava localizado em um território denominado como “Províncias do Norte”, conceito territorial elaborado em oposição à Corte do Rio de Janeiro. Esta última, de acordo com as mesmas representações geográficas, ficava localizada na região “Sul” do Império (SOARES, 2008, p. 68).

De acordo com o historiador Flávio José Silva Soares (2008), o fato do Maranhão ser representado como a “Província do Norte” levava constantemente as pessoas a confundirem a cidade de São Luís com a Província do Maranhão. “O território da província maranhense, durante o século XIX, era bem delimitado e possuía fronteiras com a província de Goiás, Piauí e Grão-Pará. Mesmo possuindo vasto território, até o século XVIII, o Maranhão não despertava grandes interesses administrativos à Coroa de Portugal.” (COSTA, 2018, p. 244)

Segundo a historiadora Maria do Socorro Coelho Cabral (1992), a ocupação territorial no Maranhão aconteceu de forma gradual e por duas frentes. A primeira, a partir de 1612, com a incursão francesa no território maranhense, que, através da expulsão dos invasores, teve a necessidade de fortalecer militarmente a área, dando início à ocupação de São Luís. “A segunda se deu em meados do século XVIII, através do processo de expansão pecuarista, que resultou na ocupação da região meridional do Maranhão, do ponto Leste para o Oeste” (CABRAL, 1992, p. 23).

No início do século XIX, a estabilidade econômica no Maranhão estava ameaçada, dada as sucessivas crises da economia algodoeira, entre os anos de 1818 a 1830. Manoel Barros Martins (2006) destaca que, ao longo do século XIX, buscou-se uma espécie de recuperação do sistema agroexportador, dando destaque à produção de açúcar frente à produção de algodão. Segundo o autor, tal mudança fez com que outras regiões da província também ganhassem destaque através da produção comercial. Grande parte da produção do açúcar utilizava a mão

de obra escravizada, que antes era destinada ao cultivo do algodão, mesmo com a debandada de cativos para outras províncias do Império.

Além do açúcar, o arroz foi um outro produto agrícola de grande destaque no século XIX, exportado para o consumo no sul da Europa. “Porém, seu destaque não tinha o mesmo protagonismo alcançado pela produção de algodão e açúcar no mercado internacional” (MARTINS, 2006, p. 32). De acordo com o historiador Yuri Costa:

Do ponto de vista econômico, o Maranhão oitocentista é tradicionalmente lido pela historiografia como um contexto marcado pelo desmantelamento do sistema agroexportador, como visto, desenvolvido na segunda metade do século XVIII e em vigor até as primeiras décadas do século seguinte, e por uma incessante e fracassada tentativa de se reerguer a economia ao longo do Oitocentos. (COSTA, 2018, p. 246):

A maior parte da riqueza da Província do Maranhão foi adquirida pela força de trabalho dos negros africanos escravizados no período colonial. Na primeira metade do século XIX, a população africana e afrodescendente no Maranhão chegava a 84.534 (55,3%) cativos e 68.359 (44,7%) livres. (MOTA, 2012)

A riqueza da província maranhense pode ser medida através das grandes exportações e gêneros nacionais para países estrangeiros e outras províncias do Império, além da exportação de mercadorias estrangeiras para outras localidades e reexportação de mercadorias estrangeiras para fora e dentro do Império. De acordo com Antônia da Silva Mota (2012), essa força econômica do Maranhão muito se deveu a importação de mão de obra escrava advinda do continente africano:

Entre 1757 a 1777, foram importados 25.365 negros para o Pará e Maranhão, provenientes dos portos da África Ocidental, principalmente de Cacheu e Bissau, na Guiné portuguesa, locais até então com importância relativamente pequena no comércio escravista transatlântico. Para ajudar os colonos a comprar escravos negros a crédito de longo prazo, a taxa de juros original foi diminuída de 5% para 3%, e por fim abolida de vez, os escravos eram vendidos então pelo preço de custo cobrado na África Ocidental, acrescido de pequena taxa referente ao transporte (MOTA, 2012, p. 28).

A autora também destaca que boa parte dos grandes comerciantes e proprietários rurais concentravam-se na capital da Província do Maranhão. Para além das atividades comerciais, alguns destes também atuavam em outros negócios, como agiotagem, arrendamento de impostos, alfândega e fábricas. Todo o monopólio que concentravam tornavam-os, de certa forma, influentes na política, em questões militares, na magistratura, no governo e nas ordens

religiosas, desde a esfera local até a mais alta corte. A autora aponta também que uma das formas de ascensão da elite era através de matrimônios entre consanguíneos ou até mesmo de alianças estratégicas fora da parentela. Da mesma forma, também acontecia a ocupação de altos cargos na administração pública, religiosa e política.

Mota faz ainda uma descrição da fortuna que acumulada pelas elites daquela época:

Bens de raiz: engloba às propriedades e direitos dominiais urbanos e rurais; Escravos: em que totalizamos os valores dados a todos os escravos – domésticos, artífices, “eito” – que trabalhavam na lavoura; Recheio da casa: mobiliário, roupa pessoal e de casa, louça, objetos de metal, relógios, imagens etc. Ouro e prata[...]; Animais [...]; Mercadorias e gêneros: produtos das próprias propriedades (plantações, colheitas) e mercadorias; Utensílios, ferramentas e máquinas: instrumentos de trabalho, fornos, engenhos; dívidas ativas; dívidas passivas; dinheiro em caixa: valores em espécie; Fortuna líquida: quantia obtida após a subtração das dívidas passivas do somatório final (MOTA, 2012, p. 59);

De acordo com os historiadores Marcelo Cheche Galves e Romário Sampaio Basílio (2014), as elites maranhenses sofriam forte influência das ideias europeias. “Comerciantes e agricultores da província enviavam seus filhos para estudar em universidades da Europa, que traziam consigo ideias “ilustradas” ou “tradicionais”. Algumas dessas instituições eram adeptas do escravismo, reforçando e legitimando as formas de comércio implementadas na província” (GALVES, BASILIO, 2014, p. 162).

Segundo José Henrique de Paula Borralho:

Falar da Athenas Brasileira é falar de conflitos sociais, de disputas de memórias, de opções políticas e sociais, de instrumentação econômica por parte dos detentores do poder político, das desigualdades de uma nação que nascia pautada na exclusão, na exploração do trabalho escravo, nas inúmeras diferenças que forçosamente criaram élan de pertencimento a um grande projeto de nação controlado por elites econômica e política. (BORRALHO 2009, p. 22)

Para estabelecer uma análise das ações exercidas pelas elites da província maranhense, pode-se afirmar que os elementos aqui referidos serviam para dar legitimidade à dominação das elites e a desigualdade social presente naquela sociedade.

Aprofundam-se as diferenças na educação maranhense do século XIX, trazendo consigo uma bifurcação do ensino: o manual direcionando às massas populares para uma educação elementar que sustentasse o futuro emprego, assim como o intelectual objetivando formar a elite cuja representatividade centrava-se no Liceu, criado em 1838 (CASTRO, 2008, p. 5).

José Murilo de Carvalho (2008) destaca que, o “poder” atribuído às elites eram atribuídos por eles mesmos, através de indivíduos que detinham cargos de importância na sociedade, tendo certa influência e privilégios. Segundo o autor, as famílias que detinham como riqueza principal o capital econômico, utilizavam as estratégias educacionais voltadas para a reprodução do próprio capital atrelado ao poder.

Partimos da suposição de que o emprego público era a ocupação que mais favorecia uma orientação estatista e que melhor treinava para as tarefas de construção do Estado na fase inicial de acumulação de poder. A suposição era particularmente válida em se tratando dos magistrados que apresentavam a mais perfeita combinação de elementos intelectuais, ideológicos e prático favoráveis ao estatismo. Na verdade, formam os mais completos construtores de Estado no Império, especialmente os da geração coimbrã. Eles tinham a experiência da aplicação cotidiana da lei e sua carreira lhes fornecia elementos adicionais de treinamento para o exercício do poder político. Além dos magistrados, havia outros empregados públicos como militares, os diplomatas e, em certa medida, os próprios padres, também ligados pela ideologia e pelos salários aos interesses do Estado (CARVALHO, 2008, p. 99).

Dentro do contexto do Império, as lideranças locais tinham grande influência na articulação política imperial, visto que essa se dava através de redes de dependência nutridas por facções em que o líder, além de ter sobre seus seguidores influência política, se apresentava como protetor e estabelecia assim vínculos de lealdade. Na Província do Maranhão, mesmo com o intenso conflito de interesses entre as elites locais, assim como uma aproximação e repulsa com a Corte imperial, buscava sempre se manter os valores e ordens em comum definidos pelas elites como, por exemplo, a estrutura fundiária e o escravismo.

Ao longo do Império, uma das preocupações centrais dos grupos políticos no Maranhão foi construir sua hegemonia regional através da relação com as esferas de poder no Centro-Sul. Na corrosiva crítica que fez a tal política, João Francisco Lisboa destacou a tendência dos partidos em apoiarem a Corte, apenas encontrando razões para a criticar quando não possuíam outro recurso para sua reprodução. Nesse quadro, as facções desenvolviam um estranho e mesmo cômico teatro de subserviências, tendo como principal foco de encenação a fidelidade à Coroa (COSTA, 2019, p. 146).

A historiadora Edyene Moraes dos Santos Lima (2009) destaca em sua dissertação documento datado de 30 de abril de 1821, que tratava sobre a aceitação do então Capitão General Bernardo da Silveira Pinto da Fonseca, como governador provisório da Província do Maranhão. O documento apresenta uma relação de pessoas que o assinaram, porém, a autora chama a atenção aos sobrenomes desses sujeitos que, constantemente estavam à frente das discussões políticas da província,

Sobrenomes como Carvalho, Belfort, Launé, Pereira Duarte, Leal, Barradas, Castro, Guilhon, Azevedo Coutinho, Bruce, Moraes Rego, Guimarães, Vasconcelos, entre muitos outros, são as referências às famílias consideradas mais nobres da província, política ou economicamente mais influentes, que mais se destacaram nos escritos da época, oficiais ou extraoficiais (LIMA, 2009, p. 45).

A autora destaca ainda que, alguns dos sobrenomes presentes no documento, com o passar do tempo, desaparecem ou pouco são citados nos outros documentos e jornais do período. Isso mostra que, “algumas famílias que detinham certa influência social, política e econômica se colocaram como representantes de outros grupos familiares, como porta-vozes de seus interesses ou causas” (LIMA, 2009, p. 45 - 46).

O cargo político mais cobiçado entre as elites certamente era o de presidente da província. Porém, a indicação para exercer essa função dependia diretamente do exercício do Poder Moderador.

De acordo com Flávio dos Santos Gomes (1997), houve uma grande rotatividade nesse cargo no Maranhão. Esse fato, segundo o autor, deixa claro a intensidade do jogo de forças e conflitos de interesses dentre as elites e famílias influentes no Maranhão.

Gomes também destaca que, durante o Segundo Reinado, que durou 49 anos, a Província do Maranhão teve 43 presidentes. Desses, mais de 40 assumiram o posto de forma interina. Isso se deve ao fato que, na província do Maranhão, existiam inúmeras facções políticas. Devido à divergência de ideias e de interesses entre elas, havia uma intensa alternância de poder. (GOMES, 1997).

Os “desejos e ideias” passados pelas facções políticas, além de inconstantes, eram pouco coerentes. À medida que se desenrolavam os acontecimentos políticos, ideias que antes eram defendidas por conservadores ou revolucionárias, acabaram sendo atacadas por eles mesmos. “As inconsistências nas ideias dos grupos políticos faziam com que surgissem outros partidos com um único objetivo de alcançar o poder da província, algo que não foi muito bem visto pela Coroa” (SOARES, 2002, p. 77).

O cenário político na província era tão caótico que João Francisco Lisboa classificou a disputa de poder entre as facções políticas na Província do Maranhão como uma espécie de “guerra civil”. Ele também considera que “as facções políticas e seus representantes utilizavam-se de encenações e teatralidade, colaborando para que se despertasse entre elas um sentimento de ódio e ânsia de vingança” (LISBOA, 2004, p. 313).



A intervenção política da Corte no Maranhão acabou por afetar alguns grupos políticos regionais e locais, que não tinham aproximação relevante com grupos políticos na região do Centro-Sul. Os líderes locais que alcançavam seus cargos através das eleições, para que os mantivessem, precisariam se preocupar também com a política tradicional já inserida no sistema local. Esse sistema baseava-se no apadrinhamento e nos privilégios destinados a alguns grupos, além de alcançar os interesses da Corte.

Nesse cenário, extremamente difícil tornou-se a identificar grupos ou lideranças preocupados com a construção de uma ordem pública que fosse além dos particularismos e das efemeridades no interesse de reprodução das facções. Os partidos não alcançavam qualquer nível consistente de representatividade política (COSTA, 2019, p. 148).

Mesmo com as constantes mudanças e variações políticas na Província do Maranhão no período oitocentista, as lideranças locais, que contavam com o apoio de famílias com poderes econômicos e interesses políticos, acabaram por ganhar um destaque maior no cenário político maranhense, dado o interesse dessas famílias em alcançar visibilidade política através de cargos públicos. “Os vínculos de apadrinhamento e de lealdade entranharam-se cada vez mais na máquina pública. A moeda de troca nos conchavos políticos encontrou uma de suas principais formas de efetivação no recrutamento clientelista para cargos na administração”. (COSTA, 2019, p. 148)

Essa forma de política implementada dentro da Província do Maranhão também foi aplicada em várias outras regiões do Império. O sistema de distribuição de cargos acontecia através da demissão de adversários e da admissão dos aliados, um processo estrutural burocrático e corrupto baseado no clientelismo<sup>4</sup>.

De acordo com Flávio Reis:

Os grupos políticos percebiam o aparelho do Estado como um bem a ser utilizado em favor dos correligionários, desenvolvendo um traço da cultura política que legitimava a utilização clientelista das funções de governo em benefício dos aliados e como moeda de troca na formação de alianças [...]. Os grupos hoje no ostracismo e alijados das facilidades que o poder proporcionava, permaneceriam com a possibilidade da mudança da situação, quando, então, seriam promovidas as tradicionais ‘derrubadas’ (demissões, nomeações, transferências etc.). (REIS, 2007, p. 64)

---

<sup>4</sup>Ação ou fato de um político ou partido político procurar ampliar seu eleitorado utilizando processos mais ou menos demagógicos e favoritistas.

Esse esquema de governo era utilizado pelas elites da província com o principal objetivo de promover o processo chamado de “derrubadas”, que consistia em demissões, nomeações e transferências em massa. Para isso, os grupos políticos que estavam presentes no poder provincial apegaram-se ao Poder Moderador como uma tentativa de ali permanecerem. “Já os grupos políticos que faziam oposição aos que estavam ocupando os cargos políticos da província, buscavam modificar a orientação política vinda da Corte, retirando-os do ostracismo” (COSTA, 2019, p. 150).

A dinâmica das eleições e a forma de recrutamento para cargos públicos eram a base que sustentava a política local, através da seleção de cargos. Essa forma de trabalho trazia benefícios para as elites locais, como privilégios através de pessoas especialmente selecionadas para os cargos.

Acerca da correlação existente entre eleições e nomeações, Richard Graham destaca que:

Assegurar indicações resultava em seguidores leais, que demonstrariam sua fidelidade votando como lhes mandavam; a vitória eleitoral comprovava sua autoridade local e ajudava a lhes garantir nomeações públicas. Após uma eleição, os líderes políticos usavam regularmente as nomeações como recompensa aos que haviam sido fiéis ao partido e aos seus parentes (GRAHAM, 1997, p. 131).

Pode-se verificar, com base na abordagem sobre a organização das elites e do sistema político da Província do Maranhão, que elas também estavam diretamente ligadas à forma de organização e governo nas demais províncias do Império. Dessa forma, elas atendiam aos interesses da Corte, sem deixar de levar em consideração as demandas locais.

A presença de famílias influentes na política, com suas relações de clientelismo e organização das facções, acabou por colaborar para com a estruturação das oligarquias e das elites no Maranhão. Dessa forma, por mais que houvesse uma manutenção no poder através da ascensão de diferentes líderes políticos locais, estas elites eram pouco afetadas estruturalmente, dada a solidez de sua base através das relações de poder que lhe era tradicional.

Em meados do século XIX, a partir do momento em que as facções ganham maior espaço e notoriedade no cenário político regional. A partir de então, o jogo político das famílias busca uma projeção maior dentro das instituições locais e regionais, através da disputa de cargos públicos. Nesse contexto, observa-se a atuação da imprensa, pois o seu advento ocasiono uma significativa revolução social e política. Antes, as notícias eram conduzidas através da

oralidade, as discussões políticas se faziam nas praças, nos cantos da cidade. Com o advento dos jornais, agora os homens o utilizam para acusar, elogiar, discriminar, para descrever o cotidiano da sociedade (SANTOS, 2019).

Através de anúncios do jornal é possível entender as relações de poder exercidas pelas elites e compreender a comercialização de produtos voltados para as elites, com diferenças de escrita na descrição desses produtos. Além disso, “alguns anúncios do Jornal *Publicador Maranhense* tinham uma escrita que demonstrava aspectos de distinção social, ou seja, nesses anúncios a ideia de civilidade e bons costumes estavam intrínsecos” (MORAIS, 2018, p.17).

De acordo com a autora Maria Adaiza Lima Gomes (2012), os periódicos tiveram um papel significativo na disseminação dos discursos em relação a aspectos de higiene, de disciplina e civilidade.

Através de notícias, queixas, denúncias, etc., publicadas cotidianamente, tanto redatores como leitores de alguns jornais da cidade buscavam ajustar a conduta da população a uma moral civilizadora criticando os comportamentos indesejáveis e ditando a maneira como se deveria agir no espaço urbano remodelado e aformoseado. As queixas nos jornais, então, demonstravam a preocupação que se tinha com alguns hábitos da população, que eram vistos como opostos à ordem (GOMES, 2012, p. 175-176).

O historiador e autor Marcelo Cheche Galves (2010, p. 35), fala sobre civilidade no início de seu trabalho, antes até da inovação da imprensa no Maranhão, na qual ele relata “[...] os ‘usos’ mais recorrentes desses relatos na historiografia maranhense está aquele fundamentado no debate em torno dos ares de civilidade”. O autor observa que, desde início da “pesquisa” na província do Maranhão, já havia interesse naquilo que poderia ser considerado civilizado ou incivilizado,

[...] civilidade, consubstanciada no comportamento à mesa nos jantares oferecidos ou no trato com os doces finos, por vezes servidos em tabuleiros de prata e taças de porcelana dourada; nas conversas decentes mantidas durante os bailes entre cavalheiros elegantes e senhoras com jóias de ouro e prata, mesmo espaço para respeitadas contradanças; na disciplina das tropas; nas demonstrações de devoção cívico-religiosa ao imperador; e, enfim, na harmonia que se espalhava por toda parte. (GALVES, 2010, p. 296).

### **3.2 Impressões sobre as elites: o jornal *Publicador Maranhense***

Este tópico é destinado aos aspectos relevantes acerca da construção e formação dos jornais no Maranhão na segunda metade do século XIX. Descreve-se parte de sua chegada e história, além de enfatizar-se a importância do jornal *Publicador Maranhense*.

Através de fontes impressas, identifica-se o contexto histórico do Brasil durante a segunda metade do século XIX. Os jornais tiveram expressiva importância para a sociedade da época, sendo esse o meio de comunicação que a sociedade utilizava para fazer seus debates, confrontando ideias e defendendo-as.

O estudo demandou uma análise sobre o processo de evolução e desenvolvimento que a imprensa teve na segunda metade do século XIX, investigando os elementos que norteiam suas manifestações e as mudanças no contexto político, social e cultural, “Os jornais representam paradigmas para se compreender a expansão da notícia no século XIX no Brasil, são fontes riquíssimas, pois colaboraram na construção de um imaginário social e político” (ARAÚJO, 2021, p. 280).

No que se refere ao surgimento da imprensa no Brasil, Josenildo Pereira (2006) afirma que a tipografia no Brasil foi instalada durante o século XIX. O Maranhão, por iniciativa do poder público, inaugura sua imprensa em 1821, treze anos após o Rio de Janeiro instalar sua tipografia. “A existência da imprensa no Brasil estava condicionada, antes de tudo, à dependência de oscilações partidárias, graças a alguma tolerância, mas principalmente, ao favoritismo partidário” (ARAÚJO, 2021, p. 282).

Pereira (2006, p. 84) afirma que a “Imprensa no Brasil começou devido a iniciativa da Corte portuguesa posteriormente a sua hospedagem em 1808 no Rio de Janeiro”. Por meio do “ato real de maio” D, João VI criou a Imprensa Régia,

Uma vez que a Corte estava no Brasil, tornava-se necessário uma tipografia para a impressão de documentos úteis ao funcionamento da máquina burocrática portuguesa e à integração de súditos brasileiros nos meandros do exercício do poder institucional no âmbito das relações entre o Estado e a sociedade. Apesar da dúvida acerca de qual foi o primeiro jornal brasileiro, se o *Correio Brasiliense* ou a *Gazeta do Rio de Janeiro*, vale dizer que na imprensa régia, em 10 de setembro de 1808, foi impresso o primeiro número do jornal *Gazeta do Rio de Janeiro*, a princípio, com quatro páginas, editado uma vez por semana e depois trissemanal. O custo de sua assinatura semestral era de 3\$800 réis [ . . . ] pode-se dizer que o mesmo era um jornal oficial, por meio do qual só se informava ao público, com toda a fidelidade, do estado de saúde de todos os príncipes da Europa e, de quando em quando, as suas páginas eram ilustradas com alguns documentos de ofício, notícias dos dias, natalícios, ode e panegíricos da família reinante. (PEREIRA, 2006, p. 85).

Segundo Marcelo Cheche Galves (2015, p. 35) “grande parte dos registros sobre a sociedade brasileira, no início dos oitocentos, foi realizada por viajantes.” Esses peregrinos passavam por inúmeros lugares, descrevendo de acordo com seus olhares e perspectiva os aspectos sociais da América Portuguesa. “Trabalhos de monta na historiografia maranhense contemporânea também se valeram desses registros, sintetizados no livro *O Maranhão na literatura dos viajantes do século XIX*, de José de Ribamar Chagas Caldeira” (GALVES, 2015, p. 35).

Do ponto de vista da construção do “nacional” ao longo dos Oitocentos, a inexistência de lojas de livros na província até, pelo menos, o ano de 1822, pareceu reforçar a ideia de que “gerações de intelectuais” se sucederam somente a partir da década de 1830, fomentadas pela emancipação política e pelo desafio de estabelecer o “lugar do Maranhão” na história do Brasil. (GALVES, 2019, p. 11).

A Tipografia Nacional Maranhense inaugurou sua produção no ano de 1821, com o impresso que circulava na província, *O Conciliador Maranhense*. De acordo com Marcelo Galves (2015) além do *Conciliador Maranhense*, outros 19 jornais foram impressos na cidade de São Luís. Vale ressaltar que durante a primeira metade do século XIX, os jornais que não tinham alinhamento com o governo eram bastante instáveis. Yuri Costa reforça:

Na primeira metade do século XIX, a circulação de periódicos desvinculados do governo teve um caráter bastante instável. O financiamento das publicações era comprometido pelo ainda incipiente sistema de assinaturas e pela não menos carente demanda por anúncios nos jornais. Já na segunda metade daquele século, a apropriação política dos periódicos, somada ao incremento do patrocínio público das facções aliadas ao governo, trouxeram certa estabilidade à imprensa. Por essa época, mesmo aqueles jornais que não tivessem uma finalidade estritamente política, foram alcançados pelo domínio do antagonismo, cada vez mais institucionalizado, entre liberais e conservadores. (Costa, 2017, p. 149-150)

Segundo Sodré (1966) a história da imprensa no Brasil se divide em dois aspectos, a artesanal e industrial. A imprensa no Maranhão tinha particularidade técnica e empresarial, e estava ligada à imprensa artesanal. No Maranhão, a imprensa é definida como artesanal porque os jornais não são um meio de comunicação de massa. Além disso, as pessoas que tinham acesso ao periódico, ou viviam de seu próprio patrimônio, ou eram auxiliados pelo governo (PEREIRA, 2006).

Os jornais dos Oitocentos podem ser divididos em quatro aspectos: religioso, político, jocoso e literário. O jornal político, como o próprio nome diz, apresentava notícias

políticas. O jornal religioso apresentava informações da Igreja Católica. “Os jornais jocosos eram periódicos que tratavam da vida cotidiana da província, e os jornais literários tinham como princípio divulgar a produção literária dos grêmios estudantis.” (PEREIRA 2006, p. 90)

Na segunda metade do século XIX, o alinhamento político dos jornais, atrelado ao investimento público dos grupos aliados ao governo, trouxe mais equilíbrio à imprensa. Durante esse período, mesmo os periódicos que não estivessem diretamente ligados às questões políticas foram tateados pela disputa entre liberais e conservadores (COSTA, 2017).

De acordo com Pereira:

Na segunda metade do século XIX essa tendência se manteve sob as novas condições sócio-econômicas e políticas. As classes dominantes do Maranhão, ou seja, os ricos comerciantes e os proprietários rurais, divididos em conservadores e liberais, sobretudo após a desarticulação do movimento social de sertanejos e de escravos, isto é, a Balaiada, passaram a lutar, entre si, pelo controle do poder político local e a impor seus interesses aos trabalhadores escravos e aos livres pobres. Nesse novo contexto, o jornalismo periódico foi de suma importância na produção e circulação de proposições a respeito do que se concebia baseada na agricultura mercantil de exportação e de base escravista. (PEREIRA, 2006, p. 94).

Os periódicos que circulavam no século XIX tinham características semelhantes, eram bem demarcados e, em relação a sua estética, eram parecidos. A página principal era organizada, possuía conteúdos estruturados. Nas demais páginas a organização caía um pouco de padrão, sendo colocadas notícias, anúncios de forma desorganizada, sem zelo estético.

A autora Lilia Schwarcz (1987) descreve sobre os aspectos visuais dos jornais dos Oitocentos:

Os periódicos do século XIX eram compostos por duas folhas de formato bastante grande e de difícil manuseio. Essas folhas eram preenchidas em geral por artigos e anúncios, sendo que os primeiros vinham localizados em estreitas colunas que se iniciavam logo abaixo do cabeçalho, só terminando no final da página, o que obrigava o leitor a fazer um verdadeiro esforço de leitura. Além disso, quase não existiam ilustrações; os poucos desenhos encontrados normalmente referiam-se a remédios miraculosos ou a lojas com seus preços especiais. (SCHWARCZ, 1987, p. 58)

Identificando-se os aspectos da imprensa no Brasil, especialmente no Maranhão, é possível observar-se que, no século XIX, teve dois marcos na história da imprensa no Maranhão. O primeiro foi a sua ideologia política, e o segundo foi a luta entre liberais e conservadores. Dentro desse contexto, ressalta-se a importância do jornal *Publicador*

*Maranhense*. Antônio Lopes (1959) afirma que a primeira publicação sobre a imprensa local aconteceu em artigos desse periódico, que esteve em atividade entre os anos de 1842 e 1886.

A inauguração desse jornal ocorreu na década de 40, especificamente em julho de 1842, como órgão oficial do governo. Durante o período de duração do periódico, vários jornalistas fizeram parte da sua redação. Até o ano de 1855, João Francisco Lisboa atuou como redator. No ano seguinte, foi a vez de Sotero dos Reis ficar à frente desse trabalho, ficando ali até o ano de 1861 (ARAÚJO, 2021).

A partir de 1861, a redação foi assumida por Temístocles Aranha. Em 1863, Aranha foi substituído por Ovídio da Gama Lobo, que permaneceu apenas até o início de 1864, deixando o cargo para Antônio Henrique Leal. Felipe Sá assume o cargo em 1865. Depois de um ano, o *Publicador Maranhense* começa a ser redigido pela Secretaria de Governo (RAMOS, 1992).

Ignacio José Ferreira, um dos proprietários do Jornal Maranhense, que fazia publicar em sociedade com o Sr. Dr. Candido Mendes de Almeida, anuncia ao respeitável público que se acha dissolvida a mencionada sociedade, que de ora em diante o Jornal será publicado sobre o título de Publicador Maranhense, que fica sendo de exclusiva propriedade do anunciante, seu único responsável (PUBLICADOR MARANHENSE, 1842, anno 1, n. 0033, p.1).<sup>5</sup>

O *Publicador Maranhense* fazia publicações sobre política, economia e questões sobre o mercado de compras e vendas (SERRA, 1883). Vando Sergio de Moraes (2018, p. 25) diz que “o jornal majoritariamente se dedicava aos termos políticos e econômicos da sociedade da época”.

Cesar Augusto Castro (2009) apud Amaury Santos (2019, p. 13) classifica a imprensa maranhense em dois grupos. “O primeiro deles refere-se aos jornais que buscavam debater sobre aspectos gerais. E o segundo grupo, por sua vez, envolve os periódicos que buscavam centralizar seus debates em temas mais específicos, como religião, educação, literatura”. Esses jornais de caráter mais específicos dependiam de si e das vendas de seus periódicos para estarem ativos. Diferentemente daqueles que eram mantidos pelos cofres da província, como o *Publicador Maranhense*.

---

<sup>5</sup>Transcrito de acordo com a ortografia original da publicação.

De acordo com Joaquim Serra (1883) o periódico tinha artigos voltados à política de modo geral. Suas publicações discutiam sobre leis iniciadas na Assembleia Provincial. E, pelo fato de ser um órgão oficial, o *Publicador Maranhense* defendia a administração da província.

O publicador, além da folha noticiosa, doutrinaria, e encarregada do expediente do governo, inserio, de certo tempo em diante, os debates da assembleia provincial [...] o Publicador deu a seus leitores excelentes artigos sobre finanças da província, discutia as leis iniciadas na assembleia provincial, e defendia a administração, apreciando a política geral. <sup>6</sup>

Na foto a seguir, pode-se visualizar as divisões que compunham o jornal. Nesta primeira seção do jornal, demonstrada abaixo na figura 3 (à esquerda), figura 4 (à direita) e na figura 5 (imagem abaixo da figura 3 e 4), é possível observarem-se os aspectos políticos sobre as províncias do Maranhão e de Pernambuco, além de questões monetárias e os anúncios, evidenciando as características do Jornal.

---

<sup>6</sup>Transcrito de acordo com a ortografia original da publicação.



Figura 1- Edição de número 33 do jornal *Publicador Maranhense*, do proprietário Ignácio José Ferreira no ano de 1842.



Fonte: Fundação Biblioteca Nacional (c2021).

Figura 2 - Página do impresso



Fonte: Fundação Biblioteca Nacional (c2021).

Na seção acima, pode-se observar que havia um espaço de informações advindas de outros países, como está exposto no título *Exterior*. Nessa seção havia questões políticas e informações sobre a província.

Figura 3 - Página do impresso

**4**  
**PREÇOS CORRENTES DA PRAÇA.**  
QUINTA-FEIRA 11 DE JULHO DE 1842.  
**EXPORTAÇÃO.**

GENÉRICO		PREÇO	PUB.	PUB.	GENÉRICO	PREÇO	PUB.	PUB.
Alfalfa verde	1200	1200	1200	1200	Alfalfa verde	1200	1200	1200
Alfalfa seca	1200	1200	1200	1200	Alfalfa seca	1200	1200	1200
Arroz branco	1200	1200	1200	1200	Arroz branco	1200	1200	1200
Arroz amarello	1200	1200	1200	1200	Arroz amarello	1200	1200	1200

**THEATRO PARTICULAR.**  
N. 5 L.  
SOCIEDADE DRAMÁTICA.

62ª A Diretoria da Sociedade Dramática em conformidade do Art. 25 e 26 do Estatuto, faz publico seu Edital para tomas posse da administração da Sociedade no dia 2 do corrente, e que tendo procedido a eleição dos membros que deora ocupar os diferentes cargos, foram tomados seguintes:

Diretor: Sr. João de Deus  
Vice-Diretor: Sr. João de Deus  
Secretario: Sr. João de Deus  
Procurador: Sr. João de Deus  
Fiscal: Sr. João de Deus  
Relator: Sr. João de Deus  
Juiz: Sr. João de Deus  
Promotor: Sr. João de Deus  
Fiscal: Sr. João de Deus  
Relator: Sr. João de Deus  
Juiz: Sr. João de Deus  
Promotor: Sr. João de Deus

IMPRESSO EM UMA TIPOGRAFIA DE L. F. FERREIS, BEL DO RIO DE J.

Fonte: Fundação Biblioteca Nacional (c2021).

Nesta última seção, encontram-se informações acerca de mercadorias e das finanças da província do Maranhão.

Eu estou convencido que as forças legais são tão superiores e que os rebeldes estão tão completamente assombrados com a recusa, da parte do povo, de ajudá-los contra a força imperial, que em mui poucos dias se realizará uma victoria decisiva em favor do governo legal. (PUBLICADOR MARANHENSE, 1842, ano 1, n. 0033, p. 3).<sup>7</sup>

As elites no Maranhão tinham características em comum e detinham grande parte do controle da agricultura mercantil. De acordo com Josenildo Pereira (2006), com o

<sup>7</sup>Transcrito de acordo com a ortografia original da publicação.

desmembramento da Companhia de Comércio, a agricultura mercantil passou a ser custeada pelos negociantes de escravos. As classes dominantes dependiam da comercialização da mão de obra escrava, pois a sua base de sustentação material era o mercado escravista.

A partir dessa menção feita pelo *Publicador Maranhense*, é possível ter uma pequena avaliação do cunho político dos grupos que estavam no seu controle. Vale ressaltar que o trabalho em questão não estuda a respeito da década de 40 do século XIX. Seu intuito é pontuar a influência do *Publicador Maranhense*, que foi fundado em 1842. E as imagens colocadas acima são referentes à mesma data.

O arquivo apresenta-se como uma das primeiras publicações na Hemeroteca Digital Brasileira. Então, as menções feitas nessas imagens têm o intuito de proporcionar o entendimento sobre a posição do jornal, suas percepções políticas e sociais. Além disso, é imprescindível que se conheçam seus fundadores.

O jornal é direcionado para as pessoas de um modo geral. No entanto, cada anúncio publicado é específico para um determinado grupo de pessoas. De acordo com Johny Santana De Araújo (2021) os jornais significavam o transporte para a liberdade e atuavam como vigias e apoiadores de governos.

Dessa maneira, observa-se que a imprensa no Brasil contribuiu significativamente para as mudanças culturais no século XIX. Os impressos moldavam as relações culturais e sociais da época, os costumes e os comportamentos tornavam-se refinados. De acordo com Limeira (2010) a imprensa, como meio de debates, como ramo de comércio, veiculava valores e normas, sem que isso afastasse as pessoas. Ela atuava como agente, criando e legitimando posturas e olhares.

Cabe ao pesquisador levar em conta todo o contexto no qual se encaixa a escrita do impresso, com o objetivo de identificar o sentido das expressões empregadas à época. De fato, os documentos foram elaborados com inúmeras intenções. Dessa forma, o pesquisador deve avaliar os documentos, para assim entender o que foi dito e o porquê de estar escrito daquela maneira.

#### 4 ASPECTOS DE CIVILIDADE NO JORNAL PUBLICADOR MARANHENSE

No século XIX foram realizados alguns desenvolvimentos urbanos na cidade São Luís, foram mudanças que possibilitaram uma transformação de vivências e hábitos de homens e mulheres da nova sociedade. Os hábitos do dia-a-dia, os valores sociais e as mudanças de vestimentas e ornamentos foram se modelando ao novo cenário que estava sendo desenhado. “Nesse novo cenário as imagens e papéis femininos e masculinos modificaram-se e foram reformulando-se ao longo do século através da influência de novas demandas sociais e civilizacionais” (SILVA, 2008, p. 31 - 32).

Segundo a autora Camila Silva (2008) o aburguesamento da sociedade europeia facilitou com que as elites tivessem uma maior necessidade de mostrar comportamento polido. Essa característica de demonstrar formas adequadas de comportamento aumentou durante o século XIX “pelo fato de os burgueses da época serem tão ricos quanto os nobres ou até mais ricos que eles, embora nem sempre tendo suas maneiras tão polidas quanto as da nobreza.” (SILVA, 2008, p. 32). O século XIX é definido pela autora como o século burguês, pois, os burgueses vão ter seus comportamentos moldados baseado no padrão de etiqueta da Europa. A partir desse contexto, é possível fazer a análise de como certos comportamentos europeus se disseminaram nas elites de São Luís.

Na segunda metade do século XIX o comportamento dos ludovicenses tornou-se mais refinado. As atitudes consideradas “grosseiras” foram sendo substituídas pela etiqueta francesa, ficando proibido fazer vozeiras, alaridos e dar gritos nas ruas sem ser para pedir socorro, além disso, era proibido insultar com palavras ou ações qualquer pessoa, caso contrário haveria o pagamento de multa ou até prisão. (SILVA, 2008, p. 34)<sup>8</sup>.

A exigência do bom comportamento servia tanto para mulheres quanto para homens, o modo de elegância, “os modos finos” fazia parte desse “bom comportamento” (SILVA, 2008, p. 39). O autor Dunshee de Abranches (1992, p. 29) apud (SILVA, 2008 p. 39) afirma que não apenas as

---

<sup>8</sup> SILVA, Camila Ferreira Santos. Entre modos e modas: modernização e civilidade em São Luís na segunda metade século do XIX. (Monografia apresentada ao Curso de História) – UEMA, São Luis. 2008. P. 34.

mulheres se salientavam por seus dotes aristocráticos, como também os homens pelo seu porte fino e elegância.

Durante o século XIX houve um aumento populacional nas capitais do Brasil, especialmente pelo fato da abertura dos portos. Em São Luís, por exemplo, esse aumento populacional ocorreu pelo crescimento da economia algodoeira. Isso desencadeou mais convívio social, mais oportunidades de exposição pública e com isso homens e mulheres começaram a se adaptar ao novo estilo de vida na cidade, ou seja, aperfeiçoaram seus comportamentos “rudes”, modificaram seu traje. (SILVA, 2008, p. 41).

A preocupação do homem em ter comportamentos bem educados perpassava o ideal de civilização vigente no período. Homens e mulheres, principalmente da elite, aspiravam à civilização, os modelos civilizatórios. Esses modelos permitiam aos da elite diferenciar-se das outras camadas da sociedade. A saída de rapazes da elite para estudar na Europa e, a partir de 1832, tendo a opção de estudar na faculdade de Direito de Recife, fez com que esses bacharéis mantivessem total contato com as idéias que circulavam na Europa. Esses rapazes mantiveram em São Luís os hábitos e comportamentos europeus, tornando-se homens de comportamentos polidos, diferente dos hábitos considerados “grosseiros”, que na época eram chamados de “bárbaros”. (SILVA, 2008, p. 40).

A autora Camila Silva (2008) discorre a respeito dos saraus e bailes que ocorriam na sociedade ludovicense. A autora afirma que para frequentar esses espaços, a elite precisava de um determinado nível de educação e polimento, pois nesses ambientes havia regras de condutas que deveriam ser seguidas. Para isso existiam os manuais que ensinava as pessoas como se comportar de maneira adequada nos bailes e saraus. A autora reforça que os homens para serem convidados deveriam ter o título de doutor, constatando que, quem fazia parte desses eventos eram as elites “[...] pois esta era a única que poderia manter seus filhos em estudos de nível superior”<sup>9</sup>

As mudanças não ocorreram somente nos comportamentos sociais de homens e mulheres da elite no século XIX. O paladar dos mais abastados também se adaptou aos novos hábitos alimentares, pois com o intuito de ficar o mais próximo possível dos costumes europeus, começaram a consumir uma variedade de comidas e bebidas que chegavam da Europa. Não só a qualidade, mas também a quantidade dos alimentos mudou, pois a refeição deveria ser em pequenas porções. (SILVA, 2008, p. 44)

---

<sup>9</sup> SILVA, Camila Ferreira Santos. Entre modos e modas: modernização e civilidade em São Luís na segunda metade século do XIX. (Monografia apresentada ao Curso de História) – UEMA, São Luis. 2008. P. 41.

Os jornais ludovicenses reforçavam com frequência lojas que vendiam inúmeros alimentos advindos da Europa, como demonstra o jornal (Correio de Anúncios, 09/09/1851, apud, Silva, 2008, p. 46).

- Queijos londrinos muito frescos a 800 rs a lib., latas com bolachinhas muito finas a 2,500 cada uma, presuntos ingleses, açúcar em pedra, cerveja preta e branca, vinho muscatel, xerez, madeira, e porto de diversas qualidades; romã de jamaica, cognac, whishey, wirsch, absinthio, genebra verdadeira de Holanda, azeite doce refinado, conservas inglesas e francesas, molhos para o prato, latas com comer feito de diversas qualidades, latas pequenas e grandes com sardinhas francesas [...] e tudo se vende em casa de Smith Irmão & C<sup>a</sup> na rua do Trapiche nº 4. (Correio de Anúncios, 09/09/1851).

Esses alimentos eram consumidos pelos grupos de pessoas mais abastadas financeiramente na cidade de São Luís, pois além do fato de ser um alimento caro, era uma maneira de distinguir-se dos demais grupos, demonstrava um paladar refinado.

A autora Ana Carolina Medeiros (2014, p. 24) reforça que a modernidade era a estampa dos jornais “[...] que funcionam como um termômetro em que não se verifica apenas a recepção pela imprensa, mas também da população consumidora desse meio de comunicação”. Então a ideia de modernidade era repassada pelos jornais como algo a ser absorvido pela nova sociedade ludovicense e que os padrões de comportamento a serem seguidos eram os padrões europeus.

Na tentativa de se adequar ao movimento de modernidade, ocorreu em São Luís em 1871, ocorreu uma experiência, na chamada Festa Popular do Trabalho, em que os organizadores colocavam-se como os defensores do progresso, representantes da elite pensante e moderna. Mas, diferente do que acontecia na Europa, não havia muito o que expor, sendo a solução exibir artigos que demonstrassem a crença no trabalho, como uma fecunda semente do progresso, a exemplo de produtos artesanais, produtos de armazém, e até mesmo sementes. Anos após essa primeira exposição, uma nova foi organizada pelas elites, com maior expressão, contando com a presença de figuras ilustres vindas do velho continente, selando o modelo a ser seguido. (MEDEIROS, 2014, p. 41).

Para São Luís demonstrar o seu crescimento urbano surgiu uma necessidade de locais onde as pessoas pudessem ter mais lazer e convívio social. O teatro, por exemplo, era visto como local de civilidade e de cultura. (MEDEIROS, 2014, p. 42). O teatro ludovicense foi o grande protagonista das elites do século XIX.

A autora Lacroix (2002, p. 58) afirma que o teatro era o local de maior diversão para as elites, era um local de exibição pública onde as mulheres poderiam sair dos casarões e mostrar seus belos vestidos, joias e penteados. As mulheres solteiras se mostravam aos seus partidos. As casadas se exibiam a sociedade buscando superioridade e confirmação social.

Várias companhias líricas vinda da França, da Itália vinham fazer espetáculos em São Luís. Os jornais anunciavam com frenesie o sucesso das apresentações, atribuíam muitos aplausos da plateia. Além desses aspectos, A autora Lourdinha Lacroix (2002, p. 52) descreve as variadas mudanças da sociedade ludovicense do século XIX, a respeito, por exemplo, dos filhos das elites que iam estudar na Europa especialmente na França e em Portugal. Quando esses jovens retornavam ao Maranhão a sua mentalidade já havia modificado e essa alteração de mentalidade permitiu a implantação de novos comportamentos vindos da Europa, tornando a família mais polida aos tratos sociais e mais rigorosos a respeito das diversões.

Os costumes foram se modificando, as boas maneiras foram sendo praticada e certos comportamentos foram abolidos. As mulheres da elite ludovicense começaram a fazer visitas e a sair de casa não mais em tabocas. Passaram a ser transportada nos palanquins pintados de dourado, uma imitação perfeita dos padrões europeus. As vestimentas também mudaram, “[...] as saias de seda, as camisas de cambraia e o xale de lã foram substituídos pelas saias de balão e corpetes de pafos com talas de baleia”. (LACROIX, 2002, p. 53). A autora ainda reforça que nos jornais anunciavam as anáguas de balão, que os comerciantes se preocupavam com chegada dos produtos da última moda, chapéus, luvas, vestidos, perfumes, sortimentos vindos da Europa.

Os padrões da moda francesa estavam inseridos na capital da província do Maranhão, interessante observar que a vestimenta francesa era fabricada para um clima Europeu, não para um clima tropical. Mas mesmo com essa dificuldade, as elites faziam questão de se assemelharem a moda parisiense.

Segundo a autora Lourdinha Lacroix (2002, p. 54) “Os homens abandonaram a casaca de seda cor de pérola e o calção de cetim azul pela casaca, a sobrecasaca e a calça de casimira francesa” a supracitada demonstra que o comportamento da sociedade ludovicense do século XIX modifica nas suas variadas formas, as elites querem distinguir-se entre si e entre os demais grupos sociais.

Os irmãos Bluhm, alemães educados na Inglaterra e residentes em São Luís, fabricavam chapéus do mais alto estilo britânico para homens que se trajavam rigorosamente à moda londrina. As joalherias Chevance, Ferdinand Fouquet, Thoverz e Krause vendiam muitos contos em jóias. Além dessas joalherias, o ourives e cravador Pierre Borel atendia aos caprichos femininos confeccionando “bijoux” conformes os feitos em moda na Europa. Os cabeleireiros Fortunado e Luís Ory também acompanhavam os modelos lançados pelos seus conterrâneos e se ocupavam todas as horas possíveis em pentear as senhoras maranhenses conforme ditava a moda francesa. (LACROIX, 2002, p. 54)



Cabe ressaltar também que havia escolas e locais que ensinavam as mulheres a serem educadas, Lacroix (2002, p. 63) afirma que o Colégio Nossa Senhora da Glória foi responsável por uma geração de moças educadas, constituindo uma elite social, modificando os costumes rudes e grosseiros.

Outro aspecto muito característico das elites era a leitura de livros vindo da Europa, principalmente da França. A pesquisadora Lourdinha Lacroix (2002, p. 65) diz que a segunda metade do século XIX expressa o gosto da população pela leitura de livros europeus. Esses grupos que tinham acesso a esse tipo de literatura eram pessoas que eram fluentes em francês, demonstrando mais um aspecto de distinção social. A autora Lacroix<sup>10</sup> afirma que “somente com o domínio daquele idioma, que se fazia universal, a sociedade maranhense podia coadunar-se ao modelo sociocultural na emergente sociedade moderna. Ninguém pode negar o modismo da época”.

Então com todas essas características e aspectos citados é inegável que as elites ludovicenses buscavam reconhecimento de pessoas civilizadas e lutavam para distinguir-se ao máximo dos demais grupos

O jornal gera um produto, dita suas regras e materializa suas crenças. A narrativa sustentada nos textos jornalísticos focaliza o receptor, com objetivo de chamar atenção a partir da sua visão de verdade. Foucault (2014, p. 10) defende que “o discurso não é simplesmente aquilo que traduz as lutas ou os sistemas de dominação, mas aquilo pelo que se luta, o poder do qual nós queremos nos apoderar”. Os impressos de um jornal não estão desprovidos dos conflitos da sociedade. Sendo assim, eles se preocupam em noticiar o que ocorre de acordo com suas demandas.

A partir dessa perspectiva de análise, nota-se que a escrita realizada por aqueles que faziam parte da veiculação dos impressos traduzia o que as elites queriam expor, como o aspecto de civilidade, a diferença de grupos sociais e a valorização de objetos simbólicos. Assim, percebe-se que o poder do discurso acaba tornando-se uma verdade. Observa-se claramente

---

<sup>10</sup> LACROIX, Maria de Lourdes Lauande. A fundação Francesa de São Luís e seus mitos. São Luís: Lythograf, 2002. P. 66

esse fato quando, por exemplo, encontra-se um anúncio no qual está expresso que determinado chapéu é um acessório destinado a senhoras de bom gosto.

Os discursos produzidos nos jornais definiam como grupos civilizados aqueles que seguiam os padrões produzidos na Europa. Esses modelos de comportamento foram trazidos para o Brasil pelo Manual de Civilidade,

[...] As nações consideram o processo de civilização consideram o processo de civilização como terminado em suas sociedades; elas são as transmissoras a outrem de uma civilização existente ou acabada, as porta-estandartes da civilização em marcha. [...] uma fase fundamental do processo civilizador foi concluída no exato momento em que a consciência de civilização, a consciência da superioridade de seu próprio comportamento e sua corporificação na ciência, tecnologia ou arte começaram a se espriar por todas as nações do Ocidente. (ELIAS, 1994, p. 64).

Com base nessa citação, cabe salientar que, para Norbert Elias, no decorrer do processo de conquistas das nações europeias sobre outros povos, houve uma transmissão de ideia de civilidade transpassada dos povos europeus para os outros grupos. Somente foi possível a conclusão do processo civilizador a partir do momento em que a sociedade padronizou o comportamento ocidental como civilizado. Diante disso, cabe ressaltar que o próprio Bourdieu, descrito por Carla Simões (2016), destaca:

Bourdieu diseca os mecanismos da imposição cultural das classes dominantes, expondo os ecanismos ocultos de criação dos modos legítimos de produção recepção cultural. Contrariando a ideologia carismática, que atribui a um dom da natureza a vocação artística e a apetência estética pela obra de arte legítima e pela cultura erudita, Bourdieu atribui esse “milagre” a um processo de aprendizagem e socialização que de tão natural e integrado se torna muitas vezes verdadeiramente obscuro e inconsciente até para os seus próprios agentes. A comunicação entre o campo da produção e o da recepção supõe uma partilha de códigos, um mesmo habitus, um mesmo sistema de disposições permanentes e duráveis, ou seja, formas incorporadas de sentir, pensar e agir. (SIMÕES 2016, p. 4 - 5)

No momento de assimilação entre a cultura do europeu com outros povos, houve uma imposição cultural. Foram criadas estruturas de dominação, através dos mecanismos simbólicos, como a ideia disseminada de civilidade e incivilidade, além da maneira de vestir-se e do modo de comportar-se. Esses aspectos foram incutidos em vários grupos com culturas, ideais e religiões diferentes.

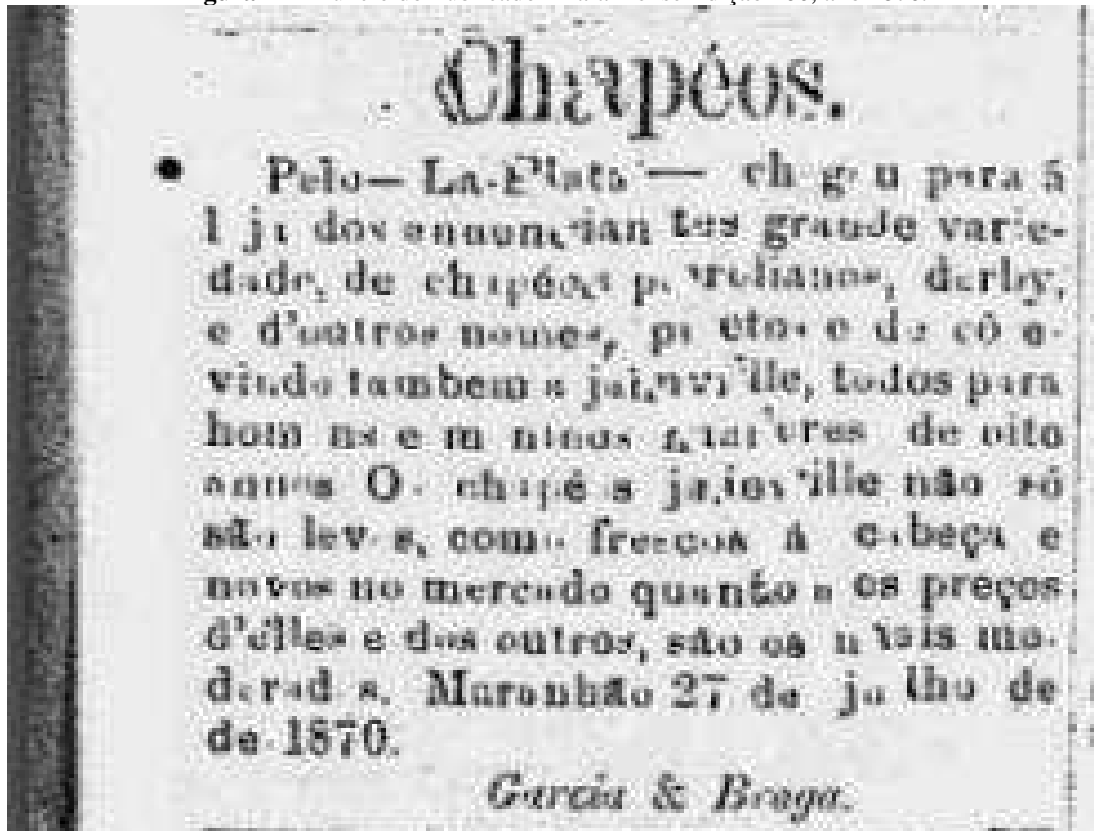
De acordo com Carla Simões (2016), Bourdieu defende que a própria definição de nobreza cultural na verdade é um motivo para as lutas simbólicas, desde o século XVII, entres os variados grupos que divergiam suas ideias sobre cultura.

O olhar “puro” distingue-se do “impuro”, o dito gosto “bárbaro”, não só por essa competência de classificação da obra, mas também pela recusa de tudo o que é “ordinário”, por oposição a “distinto”, como as emoções ou as paixões experimentadas pelo homem comum na sua vida igualmente comum. O olhar “puro” é determinado por um princípio de liberdade que se opõe ao princípio de necessidade do gosto “bárbaro”. (SIMÕES, 2016, p. 6).

A presente pesquisa tem como objetivo catalogar e descrever certos anúncios de jornais, com ênfase no jornal *Publicador Maranhense*, no período de 1870- 1875.

Imagem do primeiro número do jornal. Abaixo seguem alguns trechos catalogados do jornal *Publicador Maranhense* (1870, p. 3):

**Figura 4** - Anúncio do *Publicador Maranhense* Edição 166, ano 1870.

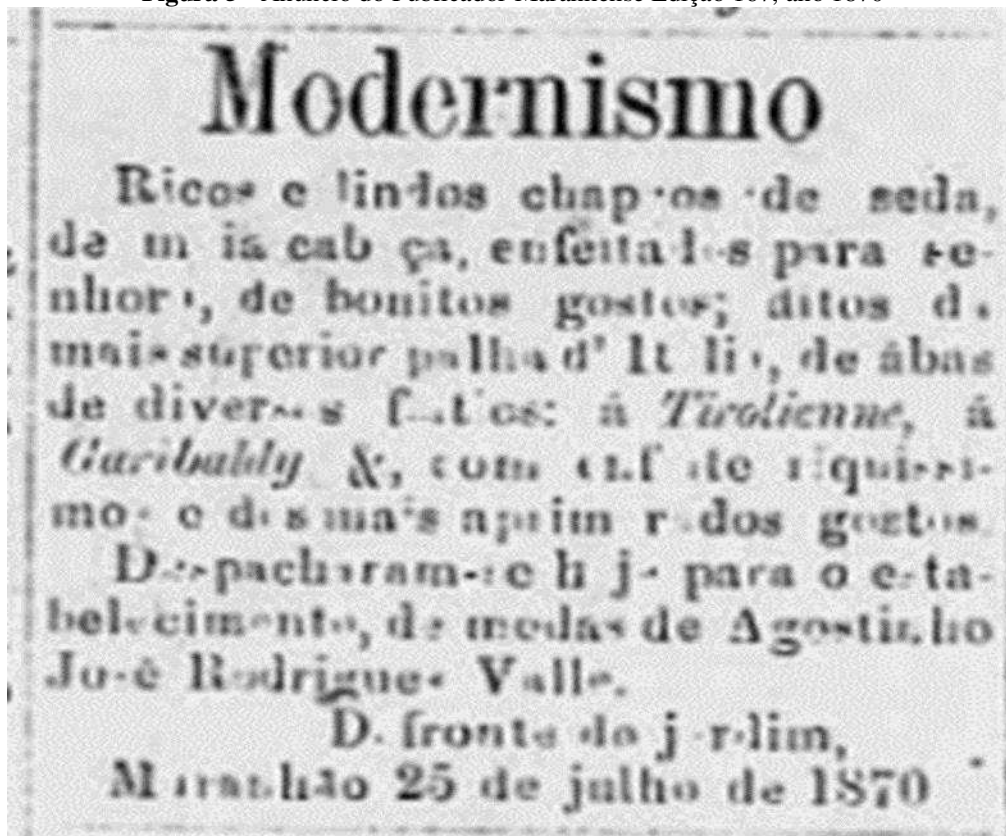


Fonte: Fundação Biblioteca Nacional (c2021).

“Pelo – La Plata – chegou para a loja dos anunciantes grande variedade de chapéos peralianos, derby e d’outos nomes, preto e de cô e vindo também a Joinville, todo para homens e meninos maiores de oito anos. Os chapéus Joinville não só são leves, como frescos á cabeça e novos no mercado quanto aos preços d’elles e dos outros, são os mais moderados. Maranhão 27 de julho de 1870. Garcia & Braga.” Parte Official. Chapéos. Assinatura: *Publicador Maranhense*, 30 de julho de 1870, p. 3. (PUBLICADOR MARANHENSE, 1870, p.3)

Este anúncio, veiculado pelo jornal *Publicador Maranhense*, faz menção a um chapéu vindo de Joinville. No texto, destaca-se a variedade de elementos linguísticos para descrever as qualidades desses acessórios no trecho em que há os termos "leves" e "frescos para a cabeça". A publicidade apresentada indica que o adorno era componente fundamental no vestuário do leitor. E que até mesmo as crianças o utilizavam, pois era uma forma de distinguir-se na sociedade.

**Figura 5** - Anúncio do *Publicador Maranhense* Edição 167, ano 1870



**Fonte:** Fundação Biblioteca Nacional (c2021).

“Ricos e lindos chapéus de seda, da mais cabeça, enfeitá-los para senhor, de bonitos gostos; ditos da mais superior palha d'Italia, de abas de diversos feitios: á Tirolienne, á Garibaldi, & com enfeite riquíssimo e dos mais aprimorados gostos. Despacharam-se hoje para o estabelecimento, de modas de Agostinho José Rodrigues Valle. Defronte do jardim, Maranhão 25 de julho de 1870.” Parte Oficial. *Modernismo*. Assinatura: *Publicador Maranhense*, 1 de agosto de 1870, p.3. (*PUBLICADOR MARANHENSE*, 1870, p.3)

No anúncio acima, descrevem-se as características dos chapéus de seda. Há aspectos de distinção social retratados, tanto na escrita do texto, como também no título. Uma

escrita que muitas vezes é usada para retratar o status social, tradicionalmente uma das formas de diferenciação entre as pessoas.

Textos como esse também são considerados como elementos usados para distinguir socialmente a imagem que as pessoas têm sobre determinado grupo, como no fragmento “Ricos e lindos chapéus de seda [...] de bonitos gostos [...]”.

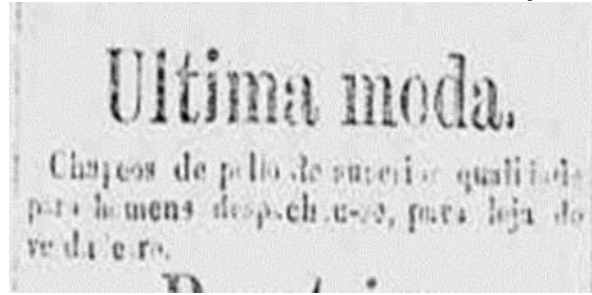
O meio de comunicação da sociedade do século XIX era a imprensa, de modo que assuntos como política, questões religiosas e literárias também estavam nos jornais. Então, é interessante fazer-se essa análise mais crítica do jornal aqui citado. Pois, com essas observações, pode-se identificar as características usadas para fazer tal distinção social.

Os impressos eram o meio pelo qual a sociedade obtinha suas informações. O jornalismo, por ser uma forma de comunicação, agregava-se ao contexto informativo e de entretenimento, de forma sutil e como “porta-voz” da sociedade (quarto poder). Dessa forma, ele estimulava a sociedade a querer agir como uma só consciência, impor regras condutivas, moldar comportamentos, reforçar um tipo específico de estereótipos que impusesse o padrão de relações e posições de poder dentro dessa sociedade, seguindo o papel que lhe foi imposto.

Os jornais eram utilizados como forma de interação de grupos seletos. Nem todos tinham acesso a esse recurso, seja pelo fato de não serem letrados e/ou por não terem o poder aquisitivo para adquirir e consumir tal conteúdo exposto. Essas características demonstram a importância que esses impressos tinham para a província, logo, as elites que controlavam esses meios de comunicação queriam repassar suas ideias, mensagens e de certa forma conduzir a sociedade.

No anúncio, o tamanho da letra do título é bem maior, a escrita do texto apresenta características diferentes de outros anúncios, justamente com a intenção de chamar a atenção dos leitores. Nota-se também a maneira como a escrita do texto é apresentada, atribuindo elogios a quem utilizará tais adornos, demonstrando afeições da personalidade das pessoas que utilizam os chapéus. A distinção social está implantada nas entrelinhas do texto. Para que se possa observar esse detalhe, é necessário que se tenha uma visão crítica e detalhada sobre a estética do anúncio. Bastos (2007, p. 27) afirma que “os anúncios inseridos nos jornais não eram apenas com sentido informacional, mas repletos de figuras de linguagem que requerem a presença do leitor para decifrá-las”. Dentro dessa análise, entende-se que o historiador tem a função de não apenas ler uma notícia, mas sim averiguar o que está por trás dessa informação.

**Figura 6** - Anúncio do Jornal Publicador Maranhense Edição 228, ano 187



**Fonte:** Fundação Biblioteca Nacional (c2021).

“Chapéus de pelo de superior qualidade para homens despachou-se para loja do verdadeiro.” Sem sessão. Última moda. Assinatura: Publicador Maranhense, 17 de Outubro de 1870, p. 3. (PUBLICADOR MARANHENSE, 1870, p. 3)

Esta notícia foi veiculada em 1870, edição 228. Ela também aborda sobre a venda de chapéus. É perceptível na linguagem do texto que a maneira como o anúncio é feito passa a imagem de uma pessoa com elementos que a distinguem da sociedade comum, já que ela utiliza um chapéu como adorno. Pode-se notar que a forma em que o texto é colocado evidencia as qualidades do produto, afirmando que ele é de primeira qualidade para homens, agregando assim valorização ao objeto e distinguindo aqueles que o utilizam. Ana Karine Holanda Bastos (2007) afirma que a publicidade dos anúncios na segunda metade do século XIX, apenas relatava os produtos vendidos nos comércios da época.

Nesse período não existia uma ideia rígida para os anúncios. “Eram anunciadas vendas de casa, fuga de escravos, divulgação de hotéis, produtos sendo encaminhados das ‘nações civilizadas’, fotografias, medicamentos ‘milagrosos’” (BASTOS, 2007, p. 26). Mas, observe a maneira como o título é anunciado, faz referência às pessoas que utilizavam tais adornos como pessoas da “última moda”.

Essa situação, de certa forma, condicionava o leitor a ter o desejo de possuir o objeto. Para o autor Marcos Morel (2008) a opinião pública era um instrumento simbólico que almejava transformar algumas situações setoriais numa vontade geral. É nesse contexto da instrumentalização simbólica da opinião pública para realizar os desejos de pequenos grupos privilegiados que tais anúncios ganham notoriedade. A ideia disseminada é que o grupo social que consome esses produtos adornos, enfeites, são classificados como civilizadas.

**Figura 7-** Anúncio do Jornal Publicador Maranhense Edição 54, ano 1870.



Fonte: Fundação Biblioteca Nacional (c2021).

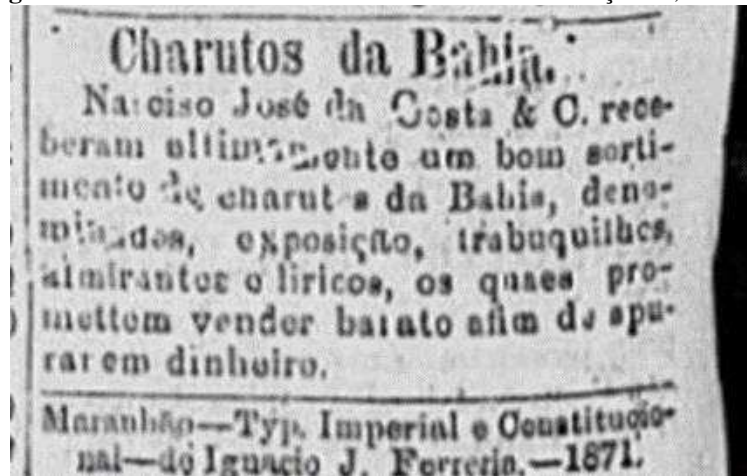
“No armazém de João Francisco Monteiro &C’, já um grande sortimento de chapéus do chile chegados ultimamente, os quais vende-se per preço muito razoável.” Parte Official. Chapeos do Chile. Assinatura: Publicador Maranhense. 08 de Março de 1871, p.4. (PUBLICADOR MARANHENSE, 1871, p.4)

O anúncio acima do ano de 1871 e edição 54, é do jornal Publicador Maranhense, expõe o fato de que os chapéus não eram usados somente como elemento para proteção, cabendo até dizer que durante o século XIX essa característica de possuir um produto como esse era imprescindível na vestimenta. Tal adorno era uma maneira na qual as pessoas tinham de construir suas identidades sociais e produzir suas relações ao longo dos anos.

O ser humano necessitou por muito tempo fazer o uso desse objeto com o intuito protetivo, contra frio ou calor, porém com passar dos anos os chapéus ganharam uma notoriedade ampla não apenas pelo seu uso casual, mas como fator de primordial importância para se diferenciar na sociedade.

Nessa imagem, a relevância dada ao título do anúncio causa um impacto visual, evidenciando ainda mais a importância que as pessoas davam a essa necessidade de possuir adornos para manter-se em destaque. “Chapeos do Chile” é um título atrativo, que já garante evidência ao fato de que o produto veio de outro país. Tanto o título quanto o anúncio trazem destaque e qualidade ao produto, ficando intrínseco o fato de que as pessoas precisam consumi-lo para serem diferentes dos demais, ou seja, melhores que os outros. E, é visto a importância imposta sobre esse assunto, pelo fato desse anúncio estar em muitas edições do Publicador Maranhense no ano de 1871.

**Figura 8** - Anúncio do Jornal Publicador Maranhense Edição 80, ano 1871



Fonte: Fundação Biblioteca Nacional (c2021).

“Narciso José da Costa & O. receberam ultimamente um bom sortimento de charutos da Bahia, denominados exposição, trabuquinhos, admirantes e líricos, os quaes prometem vender barato afim de apurar em dinheiro.” Parte Official. Charutos da Bahia. Assinatura: Publicador Maranhense. 11 de abril de 1871, p.4. (PUBLICADOR MARANHENSE, 1871, p.4)

Neste anúncio publicado no periódico Publicador Maranhense no ano de 1871 mostra uma divulgação de vendas de charutos. O título ainda faz ênfase de onde vem esses charutos demonstrando aspecto de valor a isso. No Brasil do século XIX a Bahia se destacava na produção de tais fumos fazendo produtos de qualidade para as pessoas que o utilizavam. Esse produto era exportado para diversos lugares do mundo e isso demonstra que o charuto produzido na Bahia tinha seu aspecto valorativo.

Quando o Publicador Maranhense faz o anúncio explicitando de uma maneira clara e evidente “Charutos da Bahia” observamos que o sentido por trás desse anúncio é trazer um contexto de diferenciação social, porque a elite do século XIX na província do Maranhão estava restrita aos grandes produtores e donos de escravos. Estes latifundiários em sua grande maioria faziam uso desses produtos, como é o exemplo do charuto.



**Figura 9** - Anúncio do Jornal Publicador Maranhense Edição 80, ano 1871



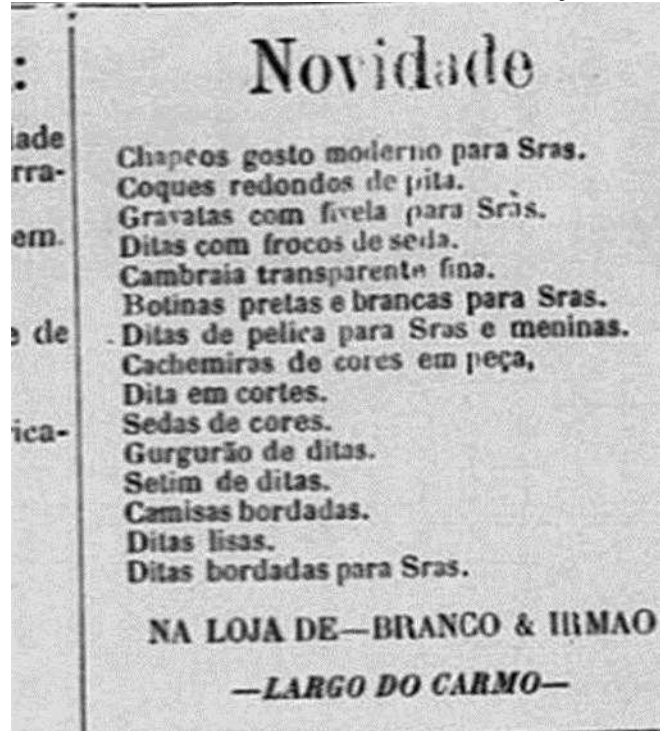
Fonte: Fundação Biblioteca Nacional (c2021).

“Emanuel Blahm, tendo aberto sua officina de chapelleiro na tua do Quebra Costa, fronteiro à botica da viuva Lima, propõe-se a fazer qualquer concerto não só em chapeos de pello, como do chile, e manilha &&. Avisa mais ao publico que breve espera de Hamburgo todos os misteres para fabrico de chapeos de pello, feltro e massa. Maranhão 22 de março de 1871.” Parte Official. Chapellaria. Assinatura: Publicador Maranhense. 11 de Abril de 1871, p.3. (PUBLICADOR MARANHENSE, 1871, p.3)

Este anúncio publicado no ano de 1871 está no jornal Publicador Maranhense, é possível perceber que a referida publicação é de uma chapellaria que produz alguns modelos de chapéus, como chapéus do Chile, de manilha, de pello, além disso, o próprio anúncio afirma que chegarão alguns modelos importados de Hamburgo.

Essas informações contém uma forma linguística de distinção social, pois o próprio o consumo do chapéu era um aspecto de diferenciação entre as demais pessoas, além do fato da utilização de um produto importado ser caro havia grupos que consumiam esse objeto, constando que provavelmente as elites do século XIX no Maranhão queriam consumir produtos europeus, apesar de o clima ser diferente das construções civil também serem totalmente distintas da Europa. Mas as elites da província pagavam caro por esses produtos para serem diferentes socialmente.

**Figura 10** - Anúncio do Jornal Publicador Maranhense Edição 189, ano 1874.



Fonte: Fundação Biblioteca Nacional (c2021).

“Chapeos gosto moderno para Sras. Coques redondos de pita. Gravatas com fivelas para Sras. Ditas com frocos de seda. Cambraia transparente fina. Botinas pretas e brancas para Sras. Dita de pelica para Sras e meninas. Cachemiras de cores em peça, dita em cortes. Sedas de cores. Gurgurão de ditas. Setim de ditas. Camisas bordadas. Ditas lisas. Ditas bordadas para Sras.” Secção Official. Assinatura: Publicador Maranhense, 22 de agosto. (PUBLICADOR MARANHENSE, 1874, p.4.)

Nesta notícia possível observar um anúncio com aspectos de elitização, tanto no título quanto no decorrer do texto. Nota-se que a escrita compassada caracteriza os chapéus, descrevendo a qualidade do produto. Além disso, na escrita do texto foi incluída a frase: “gosto moderno para Sras.”, reforçando assim a ideia de que trata-se de um produto de alta qualidade. Boa parcela da população da província não tinha acesso a esses recursos refinados, pois eles eram destinados a uma parcela da população que tinha maior poder aquisitivo.

De acordo com a análise feita por Bakhtin (2000) as atividades realizadas pelo ser humano, por mais variadas que sejam, estão sempre relacionadas ao uso da língua. Dessa forma, o discurso se caracteriza por recursos linguísticos lexicais, fraseológicos e gramaticais. Ou seja, através das escolhas dos conjuntos de palavras ou de contextos enunciativos é possível verificar as características ideológicas e sociológicas de uma sociedade. Bastos (2007, p. 29) argumenta que “a percepção que o indivíduo tem da realidade é moldada pelo sistema linguístico, pois

predispõe certas escolhas”. A discussão que os autores fazem é que os anúncios sofrem uma rede de escolhas lexicais no seu conjunto de palavras para a elaboração desses anúncios.

No anúncio apresentado é evidente que os modelos de chapéus anunciados são de seda, um produto que, por ser importado, era caro. Então, a venda desses chapéus era direcionada a um grupo restrito da sociedade.

Anunciar em jornais era custoso. E esse anúncio aparece em várias edições do ano de 1874, deixando ainda mais claro o valor agregado a esse produto. O mesmo anúncio, com as mesmas características, durante várias edições. Isso demonstra que o anunciante estava obtendo resultado positivo em suas publicações, pois tratava-se de um produto consumido pelas elites maranhenses.

A forma de jornalismo empregada contém personalidade própria, onde o trabalho envolve significados e percepção de valores que atuam nas relações de poder dentro da sociedade. Porém, antes de agregar sentido a essa narração, é necessário considerar todo o contexto. Assim, há a possibilidade de especificar-se os protagonistas e diferenciá-los.

O modo como o jornalismo é discursado causa um efeito de ação e reação, provocando desejo da parte do referido a aquilo que se refere. Contudo, os anúncios são setorizados a certos grupos sociais, e isso pode ser percebido com uma análise criteriosa da forma como o texto se apresenta, com um título maior, e da forma como é escrito, agregando elogios a quem pode consumir tal conteúdo.

Nesse contexto, o jornalismo se torna uma narração manipuladora, mesmo não mostrando isso de forma clara. A ideologia e as intenções são embutidas na narração jornalística, disfarçadas de neutralidade, de modo que pareça uma simples questão de estética o modo como os anúncios são padronizados.

De fato, essa característica não parece ser algo proposital. No discurso jornalístico o objetivo da narração ignora qualquer ideologia, interpretações dúbias, subjetivas, e deveria ter uma fala neutra, que apenas serve para transmitir informações para qualquer que seja o sujeito. Na execução, contudo, não é isso que pode ser analisado. Pois o discurso narrativo, ao ser exposto, não se exime de tornar claro a hierarquia, classificação, comparação e distinção.

Com isso, o jornalismo consegue construir uma sociedade com a identidade voltada somente para relações da alta hierarquia. Sendo assim, ele se torna o agente principal da época, de construtor do sistema representativo da sociedade, também visto como ponte entre as

organizações e o público. Para manter essa postura, ele se adequa a um conjunto de condutas e regras com a finalidade de garantir o objetivo do discurso.

Os estudos sobre as vestimentas com o aspecto de distinção social são escassos. As fontes bibliográficas são mínimas comparadas à amplitude da pesquisa. Porém, é visível a preocupação dos historiadores em ampliar os estudos sobre esse assunto. Pois, após a chegada dos Annales e a cisão com a Escola metódica, surgiram mais fontes de pesquisas para os historiadores.

Esse estudo se insere no meio representativo socialmente, ganhando uma posição de reflexo da sociedade. Pois seu acervo passou a representar e distinguir cada época.

**Tabela 1** - Expressões dos títulos dos anúncios do jornal Publicador Maranhense

EXPRESSÃO	PERÍODOS	QUANTIDADE. EXPOSTOS
<b>CHAPÉU DO CHILE</b>	1870	5 vezes
<b>MODERNISMO</b>	1871	2 vezes
<b>NOVIDADE</b>	1874	4 vezes
<b>ÚLTIMA MODA</b>	1870	6 vezes
<b>CHARUTO</b>	1871	1 vez

**Fonte:** Elaborado pelo autor (2021).

Nessa tabela, apresenta-se o quantitativo de expressões colocadas nos títulos dos anúncios. Nota-se que alguns desses anúncios contêm relevância, pois aparecerem em maiores quantidades de edições. Publicar em jornais no século XIX era uma atividade onerosa. Josenildo Pereira (2006) afirma que os jornais eram apenas para consumo de uma parte da população. Na época havia analfabetos na sociedade, e esses grupos de iletrados não consumiam os produtos anunciados nos periódicos. Então, as elites anunciavam e consumiam esses produtos.



## 5 CONCLUSÃO

A presente pesquisa, possibilita uma reflexão sobre os conceitos das leituras e sobre a sociedade. Ela surgiu a partir de uma necessidade de dialogar com uma parte da população, pessoas pertencentes a diversos grupos sociais, sendo integrantes ou não das consideradas elites. Então, originou-se um desejo de apresentar para a sociedade um estudo a respeito da distinção social, com o objetivo de ser claro e coeso e de minimizar a falta de informações relacionadas ao tema deste trabalho.

Durante a pesquisa, foi possível levantar informações sobre os jornais, sobre o conceito de civilidade e distinção social, os dados dos jornais encontrados na Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional e os conceitos a respeito de civilidade e distinção social encontrados em livros, artigos e revistas. De acordo com o que foi analisado pelos mais diversos autores citados, é impossível pesquisar-se sobre elite no Brasil, sobretudo no Maranhão, sem abordar o viés político.

No Maranhão, havia um grupo privilegiado que influenciava os rumos da política provincial e que lutava por uma característica de poder: as elites. Então, é possível entender-se que a manutenção dos privilégios desse grupo no Maranhão ocorre em detrimento das lutas políticas, das ajudas concedidas para as pessoas do mesmo grupo social e da manutenção do poder político nas mãos de algumas famílias.

A grande consequência desse maior controle dos governos provinciais foi uma maior participação das elites regionais na construção do Estado. Elas estabeleciam suas demandas e, conseqüentemente, estabeleciam-se como uma elite política. Além disso, esses grupos ainda mantinham laços com suas regiões de gênese. Essa característica criou um perfil para o Estado brasileiro.

É a partir dessa explicação que se compreende um pouco mais sobre a construção da ideia de civilidade, do processo de distinção social e ainda consegue identificar aspectos a estruturação das elites na província do Maranhão.

Também foi possível apresentar e compreender a narrativa historiográfica desse tema, o que permite uma visão de um perfil de identificação do que é civilidade, o significado de distinção social, além de se compreender a narrativa do jornal. Esse trabalho tem o intuito de apresentar um panorama que identificasse os pontos nos quais pouco foram trabalhados, que são os elementos de distinção social nos anúncios do jornal *Publicador Maranhense*.

Para essa finalidade, os métodos teóricos escolhidos para o desenvolvimento da pesquisa foram explicativos e descritivos, diretamente relacionados à necessidade de se identificarem os fenômenos políticos e sociais que determinam os aspectos de distinção social dentro dos anúncios do jornal *Publicador Maranhense*, justamente o objeto deste estudo.

A análise da pesquisa foi expressa de maneira qualitativa, com o intuito de alcançar os objetivos colocados. O procedimento técnico escolhido para esse trabalho foi a pesquisa bibliográfica, permitindo ao pesquisador uma vasta gama de conhecimentos e um quantitativo maior de oportunidades para dialogar com outros teóricos que estudam a respeito do tema desenvolvido.

A pesquisa bibliográfica refletiu-se na construção sistematizada dos temas, com a finalidade de que se estabelecesse uma ordem lógica dos fatores que ocorreram na sociedade na segunda metade do século XIX e que contribuíram para a configuração política e social das elites no Maranhão. Para organizar a coerência textual, foi necessário trazerem-se autores como Bourdieu (2013), Elias (1994) que abordam conceitos como a distinção social e a civilidade, ambos importantes para a compreensão deste estudo. Além disso, foram incluídos os estudos de Yuri Costa (2018) trazendo apontamentos sobre o viés político e econômico no Maranhão, entre outros autores que foram cruciais para a construção deste trabalho.

No que se refere aos resultados obtidos, é inegável que não há uma relação concreta e direta relacionada às influências que os jornais tinham sobre o comportamento da população. O cerne dessa pesquisa é justamente identificar, apresentar e fazer com que seja compreendido o conceito de civilidade e elementos de distinção sociais incutidos nos anúncios dos jornais, com o intuito de traçar parâmetros que demonstrem que, através desses anúncios, as elites ganhavam e concretizavam seus privilégios.

A pesquisa preocupou-se em trazer suas informações sobre o tema de forma mais transparente possível, para melhor compreensão dos leitores. Pois é imprescindível que as pessoas possam observar que seus comportamentos, atitudes e escolhas não são meramente algo natural, próprio. Trata-se de algo construído e estruturado ao longo de anos, dividindo os grupos sociais e impondo certos comportamentos como “civilizados” e “incivilizados”, estabelecendo conceitos de “belo” e de “feio”. Fazendo, assim, com que as pessoas criem valores simbólicos no que se refere aos seus costumes e valores.

Dessa forma, o estudo realizado preocupou-se em identificar e compreender a forma como sociedade estabelece padrões a serem seguidos, quem define esses padrões como

“civilizados” ou “incivilizados”. Além do intuito de analisar a influência dos anúncios do Jornal *Publicador Maranhense* como elementos de distinção social dentro da cultura vigente na época.



## REFERÊNCIAS

ARAÚJO, J. S. D. (2021). **O JORNAL PUBLICADOR MARANHENSE E A CONSTRUÇÃO DA GUERRA DO PARAGUAI 1865-1868**. *Outros Tempos: Pesquisa Em Foco - História*, 18(32), 278–297. <https://doi.org/10.18817/ot.v18i32.858>.

ASSUNÇÃO, Mathias R. **Exportação, mercado interno e crises de subsistência numa província brasileira: o caso do Maranhão**. Sociedade e Agricultura. Rio de Janeiro: Universidade Rural do Rio de Janeiro, 2000.

BAUMAN, Zygmunt. **Identidade. Entrevista a Benedetto Vecchi**. Rio de Janeiro: J. Zahar, 2005.

BORRALHO, José Henrique de Paula. **A Athenas Equinocial: a fundação de um Maranhão no Império brasileiro**. Rio de Janeiro 2009. Tese de doutorado defendida junto ao departamento de história da universidade federal fluminense.

BOURDIEU, Pierre. **A Distinção: crítica social do julgamento**. Pierre Bourdieu. Tradução: Daniela Kern; Guilherme J.F. Teixeira. 2. Ed. rev. Reimpr – Porto Alegre, RS: Zouk, 2013.

BOURDIEU, Pierre. **A Distinção: crítica social do julgamento**. Pierre Bourdieu. Tradução: Daniela Kern; Guilherme J.F. Teixeira. 2. Ed. rev. Reimpr – Porto Alegre, RS: Zouk, 2013.

BRASIL. **Hemeroteca Digital Brasileira**. Ministério de Ciência Tecnologia e Inovação. Publicador Maranhense (MA) - 1842 a 1885. 2021c. Fundação Biblioteca Nacional. Disponível em: <http://hemerotecadigital.bn.br/acervo-digital/publicador-maranhense/720089>. Acesso em: 02 ago. 2021.

CARVALHO, José Murilo de. **A construção da ordem: a elite política imperial e teatro de sombras: a política imperial**. 4. ed. Rio de Janeiro: UFRJ; Civilização Brasileira, 2008.

CASTELLS, Manuel. **O Poder da Identidade: a era da informação, volume 2/ Manuel Castells; tradução Klauss Brandini Gerhardt – 9ª ed. ver. Ampl. – São Paulo/Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2018. 602 p.**

CASTRO, César Augusto. **Ação da inspetoria geral de instrução pública no Maranhão império: 1841-1889**. São Luís, 2008.

CECCHIN, C.CUNHA, M. T. S. Tenha modos! Educação e Sociabilidades em Manuais de Civilidade e Etiqueta. In: X Simpósio Internacional PROCESSO CIVILIZADOR, 2007, Campinas/SP. X **Simpósio Internacional Processo Civilizador/Sociabilidades e Emoções**. Campinas/SP: Editora da UNICAMP, 2007. v. 01. p. 123-135.

COSTA, César Augusto. **ESCALAS DE PODER: grupos políticos no Maranhão oitocentista e sua relação com a Corte do Império**. *Outros Tempos*, vol. 16, n. 27, p. 141 – 161, 2019.

COSTA, Yuri Michael Pereira. **Celso Magalhães e a justiça infame: crime, escravidão e poder no Brasil Império**; Unisinos; 2017. 355 p. Tese (Doutorado) - Universidade do Vale do Rio dos Sinos.

COSTA, Yuri. Sociedade e escravidão no Maranhão do século XIX. In.: **Revista Brasileira de História & Ciências Sociais – RBHCS**. Vol. 10 Nº 20, Julho - Dezembro de 2018.

CUCHE, Denys. **A noção de cultura nas ciências sociais**. Bauru: EDUSC, 1999.

CUNHA, Maria Teresa Santos. **Escritos & Ensaios**. V. 1, Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2006.

CUNHA, Maria Teresa Santos. **História, Educação e Civilidades**: a correspondência como um saber escolar na Escola Normal entre as décadas de 1930 e 1960. Educação, Santa Maria/RS, v. 30, n. 2, p. 121-138, 2005.

DOLHNIKOFF, Miriam. O lugar das elites regionais. **Revista USP**, São Paulo, p. 116 -133. Junho / agosto 2003.

ELIAS, Norbert, 1897 – 1990. **O Processo Civilizador** / Norbert Elias; tradução, Ruy Jungmann; revisão e apresentação, Renato Janine Ribeiro – Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1994. 2v.

FOUCAULT, Michel. **A ordem do discurso**: aula inaugural no College de France, pronunciada em 2 de dezembro de 1970. Tradução: Laura Fraga de Almeida Sampaio. 3.ed. São Paulo: Edições Loyola, 2014.

FREHSE, Fraya. **O saber local: novos ensaios em antropologia interativa**. Clifford Geertz; tradução de Vera Mello Joscelyne – Petrópolis, RJ: Vozes, 1997.

GALVES, Marcelo Cheche. **Ao Público Sincero e Imparcial**: imprensa e independência do Maranhão (1821-1826) / Marcelo Cheche Galves. – 2010. 356 f.; il.

GALVES, Marcelo Cheche; BASÍLIO, Romário Sampaio. Saberes em circulação na América portuguesa: os estudantes maranhenses na Universidade de Coimbra (1778 1823). Clio: **Revista de Pesquisa Histórica**, n. 32. 1, 2014. Disponível em: [www.ufjf.br/heera/files/2009/11/zimbrao\\_e\\_silva\\_-\\_7.pdf](http://www.ufjf.br/heera/files/2009/11/zimbrao_e_silva_-_7.pdf). Acesso em: 29 mar. 2021.

GALVES, Marcelo Cheche; Basílio, Romário Sampaio; Pinto; Lucas Gomes Carvalho. **Vendem-se impressos a preços cômodos na cidade do Maranhão**/ Marcelo Cheche Galves. \_ São Luís: Editora, UEMA, 2019. 218p.

GEERTZ, Clifford. **O saber local: novos ensaios em antropologia interativa**. Clifford Geertz; tradução de Vera Mello Joscelyne – Petrópolis, RJ:Vozes, 1997.

GIDDENS, A. **A constituição da sociedade**. 2. ed. São Paulo: M. Fontes, 2003.

GOFFMAN, Erving. **Estigma: notas sobre a manipulação da identidade deteriorada**. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 1988.

GOMES, Flávio dos Santos. **A hidra e os pântanos: quilombos e mocambos no Brasil (séculos. XVII-XIX)**. Tese (Doutorado em História) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1997.

GOMES, Maria Adaiza Lima. A Civilização na Fortaleza do início do século XX: Um diálogo com Norbert Elias. **Revista de História Bilros**. História(s), Sociedade(s) e Cultura(s)., v. 2, p. 167-181, 2014.

GRAHAM, Richard. **Clientelismo e política no Brasil do século XIX**. Rio de Janeiro, UFRJ, 1997.

GUIMARÃES, A. F. **ETIQUETA VERSUS MODA OU ETIQUETA E MODA: QUESTÕES DE COMPORTAMENTO E COMUNICAÇÃO**. In: Colóquio de Moda, 2016, João Pessoa. 12º Colóquio de Moda. 9ª Edição Internacional 3º Congresso de Iniciação Científica em Design e Moda, 2016.

GUIMARÃES, Aline. **Etiqueta Versus Moda Ou Etiqueta E Moda: Questões De Comportamento E Comunicação**. In: Colóquio de Moda, 2016, João Pessoa. 12º Colóquio de Moda. 9ª Edição Internacional 3º Congresso de Iniciação Científica em Design e Moda, 2016.

HEINZ, Flávio M. **Por outra história das elites**. Organizador. – Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006. 224p.

JACQUES, Maria da Graça Corrêa. **Identidade e trabalho**. In: CATTANI; A. D. (Org). **Trabalho e Tecnologia: dicionário crítico**. 2. ed., Petrópolis: Vozes, 1999, p. 127 -131.

KOSELLECK, Reinhart. **Estratos do tempo. Estudos sobre a história**. Tradução de Markus Hediger. Rio de Janeiro: Contraponto-PUC/Rio, 2014.

LACROIX, Maria de Lourdes Lauande. **A fundação Francesa de São Luís e seus mitos**. São Luís: Lythograf, 2002. P. 66

LIMA, Edyene Moraes Dos Santos. **Honradas Famílias: Poder e Política no Maranhão do Século XIX (1821-1823)**. João Pessoa, Maio, 2009. Disponível em: [nemouema.files.wordpress.com/2018/03/edyene-moraes-dos-santos-lima.pdf](http://nemouema.files.wordpress.com/2018/03/edyene-moraes-dos-santos-lima.pdf). Acesso em: 30 mar. 2021.

LIMEIRA, Aline de Moraes. **O Comércio da Instrução no Século XIX: Colégios Particulares, Propagandas e Subvenções Públicas**. Dissertação (mestrado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, p. 282. 2010.

LISBOA, João Francisco. **Jornal de Timon: eleições na antiguidade, eleições na Idade Média, eleições na Roma Católica, Inglaterra, Estados Unidos, França, Turquia, partidos e eleições no Maranhão.** Brasília: Senado Federal, 2004.

LOPES, Antonio. **História da Imprensa no Maranhão.** Rio de Janeiro: DASP, 1959.  
MARTINS, Manoel Barros. **Operários da saudade: os novos atenienses e a invenção do Maranhão.** São Luís: Edufma, 2006.

MEDEIROS, Anna Carolina Vieira Cavalcante. **O lazer da fina flor da sociedade ludovicense: um estudo sobre a sociabilidade das elites clubísticas no período da Belle Époque (1889 – 1930)** /Anna Carolina Vieira Cavalcante Medeiros. – São Luís, 2014. Monografia (Graduação) – Curso de História, Universidade Estadual do Maranhão, 2014.

MENONCELLO, Aline Micheline. **A escolha de Pedro Lessa; João Francisco Lisboa, o historiador patriótico.** Simpósio Nacional de História: Florianópolis, 2015.

MORAIS, Vando Sergio. **As representações da escravidão nos anúncios do Jornal o Publicador Maranhense no ano de 1842.:** As representações da Escravidão nos anúncios do Jornal escravidão nos anúncios do Jornal o Publicador Maranhense no ano de 1842 / Vando Sergio Moraes. – 2018. 43 p.

MORAIS, Vando Sérgio. **As representações da Escravidão nos anúncios do Jornal escravidão nos anúncios do Jornal o Publicador Maranhense no ano de 1842.** 2018. Monografia (Graduação Em Ciências Humanas) – Universidade Estadual Do Maranhão, Codó, 2018.

MOTA, Antonia da Silva. **As famílias principais: redes de poder no Maranhão colonial.** São Luís: Edufma, 2012.

PEREIRA, Josenildo de Jesus. **As representações da escravidão na imprensa jornalística do Maranhão na década de 1880.** Tese (Doutorado em História Social) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo. São Paulo, p. 206. 2006.

RAINHO, Maria do Carmo Teixeira. **A distinção e suas normas: leituras e leitores dos manuais de etiqueta e civilidade -** Rio de Janeiro, século XIX. ACERVO (RIO DE JANEIRO), Rio de Janeiro, v. 8, n.1/2, p. 139-152, 1995.

RAMOS, Arthur. **Introdução à psicologia social.** 4. ed. Santa Catarina: UFSC, 2003.

RAMOS, Clovis. **Opinião pública maranhense: Jornais Antigos do Maranhão 1831 –1860.** São Luís: SIOGE, 1992.

REIS, Flávio. **Grupos políticos e estrutura oligárquica no Maranhão.** São Luís: [s.n.], 2007.

ROCHE, Daniel. **A cultura das Aparências: uma história da Indumentária (séculos XVII-XVIII).** Tradução Assef Kfourí. São Paulo: Editora Senac, São Paulo, 2007.

SANTOS, A. A.; Castro, Cesar Augusto. Belarmino de Mattos: o Didot da imprensa maranhense. **Revista Digital de Biblioteconomia e Ciência Da Informação**, v. 18, 90 p, 2019.

SANTOS, Arthur Roberto Germano. **Uma história de partidos**: organização e atuação política da elite maranhense a partir da assembleia provincial e da presidência da província (1842-1857). 2016. 161 f. Dissertação (Mestrado) - Escola de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade Federal de São Paulo (UNIFESP), Guarulhos, 2016.

SANTOS, E. M. D. (2021). **O Lugar Do Discurso E A Guerra De Narrativas**: a imprensa política no Maranhão Oitocentista. *Outros Tempos: Pesquisa Em Foco - História*, 18(32), 200–219.

SAVOIA, Mariângela Gentil. **Psicologia social**. São Paulo: McGraw-Hill, 1989.

SCARANO, J. Roupas de Escravos e de Forros. **Resgate: Revista Interdisciplinar de Cultura**, Campinas, SP, v. 3, n. 1, p. 51–61, 2006. DOI: 10.20396/resgate.v3i4.8645492. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/resgate/article/view/8645492>. Acesso em: 18 ago. 2021.

SCHWARCZ, Lilia Moritz (Org.). **Código do bom-tom**. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. **Retrato em branco e negro**: jornais, escravos e cidadãos em São Paulo no final do século XIX. São Paulo: Companhia das Letras, 1987, p. 11-162.

SERRA, Joaquim. **Sessenta anos de jornalismo**: a imprensa no Maranhão. 2. ed. Rio de Janeiro: Faro & Lino, 1883. 153 p.

SILVA, A. C. D. **O Vestuário como elemento constituinte da identidade das mulheres de elite na Bahia (1890-1920)** – A partir da análise da Coleção do Museu Henriqueta Catharino em Salvador BA. Salvador: Dissertação (mestrado). Programa de Pós-Graduação em História. Universidade Estadual de Feira de Santana. 2009.

SILVA, Camila Ferreira Santos. **Entre modos e modas**: modernização e civilidade em São Luís na segunda metade século do XIX. (Monografia apresentada ao Curso de História) – UEMA, São Luís. 2008. P. 41.

SIMÕES, Carla Alexandra Neves. **Mediações e Reconhecimento no Cinema**: entre puros e bárbaros. 2016. 18 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Empreendedorismo e Estudos da Cultura Organizações, Profissões e Criatividade, Instituto Universitário de Lisboa, Lisboa, 2016. Cap. 2. Disponível em: <https://bityli.com/PEc1vO>. Acesso em: 10 nov. 2021.

SOARES, Flávio José Silva. **Barbárie e simulacro no Jornal de Timon de João Francisco Lisboa**. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2002.

SOARES, Flávio José Silva. **No avesso da forma: apontamentos para uma genealogia da Província do Maranhão.** Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal de Pernambuco, Programa de Pós-Graduação em História, Recife, 2008.

STREY, Marlene Neves (Org.). **Psicologia Social Contemporânea.** 7. ed. Rio de Janeiro: Vozes, 2002.

VASCONCELLOS, Maria Drosila. Pierre Bourdieu: a herança sociológica. **Educação & Sociedade**, n. 78, abr. 2002.